

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E**  
**PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO**

**Roberta Natália André**

**A Supervisão de Estágio em Serviço Social:**  
**Um caminho a percorrer**

**Juiz de Fora**

**2019**

**Roberta Natália André**

**A Supervisão de Estágio em Serviço Social:**

Um caminho a percorrer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio. Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Ferreira

Juiz de Fora  
2019



**Roberta Natália André**

**A Supervisão de Estágio em Serviço Social:**

**Um caminho a percorrer**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio (segunda turma).**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 20/12/2019, por banca composta pelas seguintes docentes:**

  
\_\_\_\_\_  
**Avaliadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Alexandra Aparecida L. T. Seabra Eiras**

  
\_\_\_\_\_  
**Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Ferreira**

**Nota obtida: 90**

**Juiz de Fora  
Dezembro de 2019**

## AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Serviço Social da UFJF pela abertura dessa segunda turma do Curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio. Aos professores por compartilharem conosco seus saberes, importantes conteúdos e pela abertura que nos permitiu a troca de conhecimentos e experiências. À coordenadora do curso, Professora Dra. Alexandra A. L. T. S. Eira, a todo o tempo muito acessível, receptiva, compreensiva, solícita e resolutiva. À minha Orientadora, Professora Dra. Ana Maria Ferreira, pela recepção, contribuição, prontidão durante todo o processo de orientação e pela confiança. Fatores que me deram tranquilidade e me impulsionaram ... obrigada por confiar em mim mais do que eu mesma!

Às colegas da turma pelo crescimento conjunto, respeito, cumplicidade. Por terem vibrado com os nossos avanços e conquistas a cada etapa. E principalmente àquelas que aceitaram participar dessa pesquisa, não mediram esforços para estarem presentes nos encontros e ainda ficaram felizes e agradecidas em contribuir com essa pesquisa. Por tudo isso e pela força que Deus tem me dado, estou aqui! Muito abrigada!!!

“Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação” (Lévy-Strauss, 1995, apud MINAYO, 1993, p. 13).

“Resistência, eu acho que resistência é a palavra chave que nos define né!? Resistência!” (Fragmento retirado do Grupo Focal)

## RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada junto às alunas do curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, com o objetivo de verificar se o curso, em questão, atinge seus objetivos no tocante a formação continuada de qualidade e amplia a possibilidade de participação dos (as) Assistentes Sociais no processo de formação profissional, através da supervisão de campo de estágio.

Partimos do entendimento de que o estágio é um componente curricular facilitador da articulação entre formação e exercício profissional. Onde o estágio supervisionado definido como atividade curricular obrigatória e a supervisão de estágio em Serviço Social enquanto atribuição privativa do Assistente Social, verifica-se o quanto essas premissas se cruzam se completam e torna-se uma unidade que compreende a formação e exercício profissional. Tendo como aglutinador a supervisão de estágio considerada parte intrínseca tanto do processo de formação quanto do processo de trabalho profissional.

O objeto de estudo destacou a necessidade de resgatar um dos pressupostos da concepção de formação profissional que é o agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

Na análise dos dados, ao conhecer a experiência de trabalho da turma no que se refere ao processo de supervisão de campo estágio; as condições objetivas e subjetivas dos (as) Assistentes Sociais relacionadas ao processo de supervisão de campo de estágio; ao perceber o processo de formação continuada e sua relação com a supervisão de campo estágio. Apresentamos os limites e desafios à efetivação do trabalho do (a) Assistente Social na perspectiva dessa frente de trabalho relacionando os aspectos micropolíticos do fazer profissional do Assistente Social com os aspectos macropolíticos que envolve as transformações societárias.

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; supervisão de estágio; exercício profissional; formação continuada.

## ABSTRACT

This is a qualitative research carried out with the students of the Specialization course in Social Policy, Social Work and Internship Supervision Process, at the Faculty of Social Service of the Federal University of Juiz de Fora - UFJF, with the objective of verifying whether the The course in question achieves its objectives with regard to quality continuing education and expands the possibility of participation by Social Workers in the professional training process, through supervision of the internship field.

We start from the understanding that the internship is a curricular component that facilitates the articulation between training and professional practice. Where the supervised internship defined as mandatory curricular activity and the supervision of internship in Social Work as a private attribution of the Social Worker, it is verified how far these premises intersect and become a unit that comprises professional training and practice. Having the supervision of internship as an agglutinator considered an intrinsic part of both the training process and the professional work process.

The object of study highlighted the need to rescue one of the assumptions of the concept of professional training, which is the worsening of the social issue in the face of the particularities of the productive restructuring process in Brazil, within the framework of the neoliberal ideology, determines an inflection in the professional field of the Service Social. This inflection is the result of new requests brought about by the reorganization of capital and labor, by the reform of the State and by the movement of organization of the working classes, with wide repercussions in the professional labor market.

In the analysis of the data, when knowing the work experience of the class with regard to the field supervision process internship; the objective and subjective conditions of Social Workers related to the internship field supervision process; realizing the process of continuing education and its relationship with field supervision. We present the limits and challenges to the accomplishment of the work of the Social Worker in the perspective of this front of work, relating the micropolitical aspects of the professional work of the Social Worker with the macropolitical aspects that involve societal transformations.

Keywords: Social Work; professional qualification; internship supervision; professional practice; continuing education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E POLÍTICAS SOCIAIS: IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS ETICO-POLÍTICOS.....	20
<b>3</b>	<b>PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO.....</b>	<b>31</b>
3.1	PESQUISA .....	36
3.1.1	Grupo Focal.....	40
3.1.2	Entrevista Individual .....	48
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
	<b>ANEXO A .....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO B .....</b>	<b>66</b>
	<b>ANEXO C .....</b>	<b>67</b>
	<b>ANEXO D .....</b>	<b>69</b>



## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo pesquisar junto às alunas do curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, se o curso, em questão, atinge seus objetivos no tocante a formação continuada de qualidade. E se amplia a possibilidade de participação dos (as) Assistentes Sociais no processo de formação profissional, através da supervisão de campo de estágio. Essa é a hipótese apresentada.

Para melhor contextualização da proposta supracitada, cabe destacar que o interesse pelo objeto de estudo, apresentado no projeto, surgiu a partir de uma experiência, ainda que restrita, de supervisão de campo de estágio por dois semestres letivos (Estágios I e III), durante o período de Residência no Hospital Universitário - HU/UFJF, mas nem por isso desmerecida a análise, reflexão e atuação.

Um breve resgate sobre a trajetória do Serviço Social no HU/UFJF constatou que o serviço teve início em 1970, por meio da inserção de alunos provenientes da Faculdade de Serviço Social que foi incorporada à UFJF no mesmo período. Tais atividades junto ao HU foram suspensas em 1972 em decorrência da falta de supervisão direta aos alunos que estavam sendo “relegados a uma função paramédica, isto é, de função complementar ao trabalho médico” (ALVES, 2005, p.275).

O campo de estágio retornou em 1974 a partir da contratação de duas Assistentes Sociais vinculadas à Faculdade de Serviço Social, que realizavam supervisão direta a quatro estagiárias. Desde então, o serviço passou por reformulações, contou com a ampliação do quadro de profissionais e com a implantação do Programa de Residência em Serviço Social, em 1998, adquiriu maior organização e legitimidade profissional na instituição. Posteriormente foram criados os programas de Residência em Saúde da Família em 2002 (constituído através de parceria entre o Núcleo de Assessoria, Treinamento e Ensino em Saúde - NATES e a Secretaria de Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Ambiental da Prefeitura de Juiz de Fora - SSSD/PJF), e em 2010 foi criado o Programa de Residência Multiprofissional em saúde do Adulto (ALVES, 2005).

De acordo com Castro (2013, p. 156), os programas de Residências constituem-se enquanto modalidade de pós-graduação lato sensu e sua expansão ocorreu paralelamente aos

“ataques à política pública de saúde, de precarização dos serviços e de falta de condições de trabalho, impactando diretamente na formação em saúde e na qualidade dos serviços prestados”, colocando em segundo plano o ensino e a pesquisa em detrimento de uma lógica produtivista, além do sucateamento das instituições, falta de condições de trabalho e limitação de recursos humanos. O residente sofre estes impactos e os ataques à política de saúde, que são sentidos diretamente em seu trabalho e nas respostas que consegue dar aos usuários.

No curso da Residência, permanecia o acúmulo de funções visto que, além das atividades próprias da residência (eixos teórico e prático) concentrada na exaustiva carga horária que é própria da residência (60 horas/semanal), a supervisão de estágio era uma atividade exercida pelos residentes de Serviço Social, contabilizada com a responsabilidade pelas enfermarias e coordenação técnica dos projetos de extensão.

Uma questão importante de ser destacada é que, ainda que tenhamos clareza a respeito das peculiaridades dos níveis de formação *Lato sensu* que permiti executar a função de supervisor de campo de estágio, nessa situação, o Residente vivencia a duplicidade de “atuações antagônicas” que significa estar em processo de formação e ao mesmo tempo ser responsável por contribuir com o processo de formação do estagiário. Cabendo ressaltar o contexto de formação profissional que nos encontrávamos, num primeiro momento, com a falta de preceptoria, seja pela falta de recursos humanos e/ou falta de interesse por parte dos profissionais em assumir tal função<sup>1</sup>. Fator, também, relevante na análise da supervisão de campo de estágio exercida pelo Residente. Entretanto, cabe destacar que a supervisão de estágio enquanto prerrogativa do Assistente Social desconsidera qualquer forma de compromisso involuntário ou obrigação em sua relação de trabalho.

Em particular, numa primeira oportunidade ofertada em outra instituição, havia recusado a abertura de campo de estágio por motivo de falta de condições física e material,

---

<sup>1</sup> O HU, unidade Santa Catarina, contava na época, do início da turma do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar – Serviço Social 2015-2017, com 2 assistentes sociais em seu quadro de profissionais do Regime Jurídico da União – RJU que dividiam sua carga horária também na unidade CAS/HU e contava com 2 plantonista de fim de semana proveniente do CAS e do CAPS/HU, 12 residentes (sendo que 4 eram remanescentes, R2, do programa anterior e 4 do Programa de Residência Saúde do Adulto) e 6 estagiárias sob supervisão dos residentes.

Para uma aproximação do contexto da Residência consultar os Trabalhos de Conclusão do Curso do ano 2017, dentre eles: ANDRÉ, Roberta Natália. Limites e desafios para o trabalho em rede e interprofissional na Residência Integrada multiprofissional em atenção hospitalar: Um estudo de caso.

bem como por sentir a necessidade de uma capacitação prévia especializada para a referida atividade.

Se por um lado, o exercício da supervisão de estágio por parte do Residente enquanto atividade do eixo específico (Módulo Teórico Específico) sob tutoria acadêmica apresentava-se como uma oportunidade sistemática acompanhada e que pode ser entendida como uma capacitação para a referida frente de trabalho. Por outro lado, se essa atividade é transferida para o residente diante da falta de profissionais do quadro que a assumam, essa transferência transmutada em atividade da residência torna-se uma imposição dessa frente de trabalho ao Residente e desconsidera o seu direito de escolha em exercer ou não essa função.

A definição do tema durante o curso, além da inquietação mencionada anteriormente, se deu diante da orientação para escolha do tema associada à atuação profissional. E pelo fato de não estar inserida no mercado de trabalho, naquele momento, optei por não remeter à atuação profissional anterior porque dessa forma acumularia mais um estudo na área da saúde. Buscando diversificar a temática de estudo e associar ao cotidiano profissional resolvi pesquisar sobre a própria Pós-graduação em curso, delimitando o objeto de estudo ao processo de formação profissional e mais especificamente à supervisão de estágio tendo visto ser uma das linhas de estudo do curso, bem como lembro que na ficha de inscrição do processo seletivo para essa Pós perguntava sobre a atuação profissional e também sobre a atuação enquanto supervisor de campo de estágio e observei durante o curso que uma ou outra Assistente Social atuava nessa frente de trabalho.

A relevância do tema a ser estudado se exprime diante da demanda que é própria da formação,

o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágios, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). (ABESS, 1996, p.71)

E avultada pelo intenso processo de privatização da educação que ampliou o acesso ao ensino superior, seja pelo ensino presencial e a distância. Por outro lado, cabe também analisar o impacto das alterações societárias na contemporaneidade, especialmente o

desmonte de direitos que envolvem os processos de precarização do trabalho e das políticas sociais, nos quais se insere o Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, e o desenvolvimento de sua atuação nos espaços sócio-ocupacionais. Onde o Assistente Social responde às requisições institucionais, às demandas do usuário e às exigências da própria profissão.

Segundo Santos (2016), o debate sobre essa temática tem se ampliado desde a década de 1990 a partir do fortalecimento de uma nova concepção de profissão que se expressa em um projeto que a categoria denominou Projeto Ético-político. Esse novo projeto congrega novas perspectivas para a organização política, o exercício e a formação profissional e as define de forma indissociável.

No contexto de contra-reforma do Estado com impactos que vêm avançando, ofensivamente, com a precarização e desregulamentação do trabalho, redução dos direitos e sobre a política de ensino superior no Brasil e, em particular, no interior dos cursos de Serviço Social. Almeja-se uma análise articulada do exercício e da formação profissional tendo como conector o estágio supervisionado, ou seja, o estágio supervisionado possui um lugar de destaque nessa articulação.

Para tanto foi necessário uma revisão bibliográfica que teve como objetivo relacionar os aspectos macropolíticos que envolve as transformações societárias e os aspectos micropolíticos do fazer profissional do Assistente Social.

No Capítulo I “Transformações Societárias e Políticas Sociais: impactos no Serviço Social”, apresentamos um breve resgate sobre o desenvolvimento das forças produtivas que teve no modo de produção capitalista, segundo Behring e Boschetti (2011), medidas adotadas na década de 1960 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico que resultaram nas últimas décadas do século XX, nos países capitalistas, no esgotamento do capital que após longos anos de amadurecimento começou a passar por diversas crises. Tem-se com a crise mundial do capital na década de 1970, que rompeu com o pleno emprego do modelo Keynesianista/Fordista e gerou baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação, o processo de reestruturação produtiva intensificada a partir do final da década de 1970, num contexto de recuperação da crise de rentabilidade do capital com a adoção de um leque de medidas em âmbito internacional que combinam ações global/local e que incluiu uma pressão burguesa para uma reconfiguração do Estado em resposta à crise do capital.

Sobre as respostas do Estado Brasileiro partimos da análise da década de 1980, considerada mundialmente como década perdida do ponto de vista econômico, mas que, por outro lado, no Brasil, houve um processo de grandes conquistas e lutas sociais, que culminaram na Constituição Federal de 1988.

Também foi nesse período que, na trajetória da profissão, esta delineou um vínculo de caráter progressista e democrático com os interesses da classe trabalhadora, teve uma rearticulação da organização política profissional, a quebra do quase monopólio do conservadorismo teórico metodológico e a constituição de um novo projeto profissional, o Projeto Ético-político que, segundo Netto (1999), deve ser entendido como uma construção coletiva profissional que busca se aproximar, coerentemente, com o projeto societário emancipatório. E tem no atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, juntamente com a Lei 8.662 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes curriculares da ABEPSS o aparato jurídico-político que expressam o Projeto Ético político do Serviço Social.

Na mesma década em que o Projeto Ético político, fundamentado teórico e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social Brasileiro, surge, o projeto societário inspirado no neoliberalismo.

O país encontrava-se, neste momento, numa tentativa tardia de implantar um Estado de Bem Estar Social, contudo, foi surpreendido, no início da década de 1990, pelo ideário neoliberal. A agenda neoliberal foi responsável pelo redirecionamento do papel do Estado conduzido por políticas de ajuste fiscal na direção da destituição dos direitos conquistados e inscritos na Constituição de 1988. A contrarreforma do Estado ocorreu em setores estratégicos para o capitalismo, abarcando a privatização dos serviços sociais e quebra dos direitos trabalhistas.

A contrarreforma do Estado ocorreu em setores estratégicos para o capitalismo, abarcando a privatização dos serviços sociais e quebra dos direitos trabalhistas. Sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado e “como as políticas sociais perfazem a base concreta sobre a qual se efetiva a atuação dos profissionais de Serviço Social, tal processo aparece na configuração atual do mercado de trabalho” (TRINDADE, 2015, p. 131).

O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre o Projeto de Formação Profissional em Serviço Social e o Estágio. Contextualizando, em continuidade ao capítulo anterior, outros

grandes marcos na trajetória da profissão como a revisão curricular, legislações afins e o processo de contra-reforma da educação superior no Brasil.

Tendo visto que o Projeto de Formação Profissional em Serviço Social se efetiva em um currículo teórico-prático que tem no estágio um componente curricular que “ocupa centralidade na formação profissional, pois potencializa a qualificação dos alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo” (ORTIZ, 2016, p. 207). E dada a indissociabilidade entre a formação profissional, a organização política e o exercício profissional preconizada pelo Projeto Ético-político, por fim, este trabalho apresenta a pesquisa de campo realizada junto às alunas do curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

De acordo com Minayo (1993) na abordagem qualitativa, o pesquisador objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

Logo, a base da pesquisa foi a construção de um referencial teórico através de revisão bibliográfica. Associada a técnica de coleta de dados: entrevista semiestruturada, que ocorreu em dois momentos distintos com a combinação das técnicas de aplicação de grupo focal e entrevista individual. A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética da UFJF (documentos anexos).

## 2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E POLÍTICAS SOCIAIS: IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL

Com o objetivo de uma aproximação e apreensão das condições e desafios postos ao exercício da supervisão de estágio, faremos um levantamento e análise de alguns elementos que caracterizam as alterações no mundo do trabalho e sobre os direitos sociais a partir do contexto de recuperação da crise mundial do capital dos anos de 1970, bem como na atualidade definem também configurações do trabalho do Assistente Social.

O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das “seqüelas” da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se “organicamente vinculada às configurações estruturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado”. (IAMAMOTO, 2014, p. 618)

Dessa forma, faremos um breve resgate sobre a categoria trabalho, sua trajetória sócio-histórica para basilar as reflexões sobre o trabalho na atualidade e a atuação profissional do Assistente Social nos itens posteriores.

Segundo Ortiz (2016) “compartilha-se do entendimento de que o processo de sociabilidade humana constituiu-se historicamente a partir do trabalho”. O homem possui necessidades muito próximas dos demais seres orgânicos. Entretanto, “o homem se distingue historicamente dos outros animais porque é o único capaz de trabalhar, ou seja, de responder às suas necessidades a partir da transformação da natureza e com a cooperação de outros homens” (ORTIZ, 2016, p. 194).

A sua capacidade de agir teologicamente que significa antever os resultados, tem na ação/trabalho, que mobiliza conhecimentos e habilidades, a materialização daquilo que se encontrava no plano ideal. Os novos constructos e as novas relações quando objetivados e exteriorizados do próprio criador e dos processos que originalmente os motivaram geram novas necessidades, expondo a teleologia humana a outros problemas que por vezes o homem não possui respostas imediatas.

O desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza e da capacidade para dominá-la com o objetivo de responder e refinar suas necessidades permitiu que esse homem aprimorasse suas habilidades, seus sentidos e conhecimentos que são passados de geração a

geração. O desenvolvimento das forças produtivas é a base do surgimento do excedente e compreende um acervo sociocultural e histórico.

Enquanto o nível tecnológico do trabalho se manteve abaixo do rudimentar, todos os homens precisavam estar diretamente ligados à produção, precisavam estar inteiramente absorvidos na luta constante pela subsistência. Quando, porém, o trabalho, no seu desenvolvimento, começou a produzir excedente econômico apreciável, surgiram condições para que alguns homens se desligassem da produção. E tais condições tiveram um aspecto historicamente positivo: permitira a alguns desses indivíduos que vieram a desfrutar deste ócio privilegiado que eles se especializassem no estudo; e permitiram que eles desenvolvessem o raciocínio abstrato, a lógica, o pensamento especulativo. (KONDER, 2009, apud ORTIZ, 2016, p. 196)

O mesmo processo que possibilitou a existência do excedente proporcionou também as condições objetivas para o surgimento das classes e de sociedades de classes (como as escravistas, inicialmente) e da propriedade privada. Ambos estão autoimplicados e concorrem historicamente para que as tarefas que envolvem o trabalho (uma atividade realizada pela cooperação entre os homens) fossem realizadas de forma diferenciada entre os integrantes das classes. (ORTIZ, 2016, p. 195)

A divisão social do trabalho compõe o tripé da produção capitalista ao lado da formação das classes sociais e da propriedade privada. O modo de produção capitalista aprofundou a divisão social do trabalho, desenvolvendo ainda mais seu caráter técnico. Em que o trabalhador cada vez mais desconhece os fundamentos do trabalho. O trabalhador perde o controle sobre o seu processo de trabalho e também a propriedade daquilo que produziu.

O capitalista quando contrata a força de trabalho do trabalhador, paga-o a partir das determinações intrínsecas ao seu valor de troca; contudo, esse trabalhador permanece produzindo por um tempo condizente ao valor de uso que sua força de trabalho dispõe. Durante esse tempo, ele produziu muito mais valor (portanto, valor excedente) do que aquilo que ele originalmente representou enquanto mercadoria portadora de valor de troca (e, não esqueçamos, que foi justamente sob essa base que o capitalista o pagou anteriormente), gerando desse modo, mais-valia. (ORTIZ, 2016, p. 198)

Outros mecanismos para ampliação e continuidade da produção de mais-valia foram a extensão da jornada de trabalho, num primeiro momento, para possibilitar ao capitalista a extração de mais-valia absoluta. Entretanto, encontrou limites fisiológicos provenientes da própria condição humana diante do desgaste da força de trabalho, e principalmente, diante da organização e luta dos trabalhadores em prol da limitação e redução da jornada de trabalho, o que foi alcançado. Dessa forma, outro mecanismo foi investir na otimização da produção excedente através da inclusão de maquinário e de novas tecnologias de gestão. A mais-valia relativa além de permitir ao capitalista a ampliação do excedente, transformou as condições



técnicas e sociais do modo de produção capitalista e alcançou a destituição completa, por parte do trabalhador, do controle sobre seu trabalho e principalmente do produto deste. E teve na era fordista o acirramento da separação entre o pensar e o agir, complexificando a alienação do trabalho.

Se o modo de produção capitalista aprofundou a divisão social do trabalho, “a alienação tem na divisão social do trabalho seu fundamento basilar, com a complexidade posta pelo trabalho industrial, essa tende a se agudizar”. E com os desdobramentos da reestruturação produtiva no final do século XX ocorre a desterritorialização da produção, a terceirização, a reatualização do trabalho a domicílio, o trabalho precário, polivalente e parcial (ORTIZ, 2016, p. 200).

Segundo Behring e Boschetti (2011), as medidas adotadas na década de 1960 com o objetivo de acelerar o crescimento econômico resultaram nas últimas décadas do século XX, nos países capitalistas, no esgotamento do capital que após longos anos de amadurecimento começou a passar por diversas crises.

Sobre a temática da crise do capital, as formulações de inspiração marxista clássica possibilitam a compreensão do caráter estrutural dela, quando esclarece que o fato novo, desde a década de 1970, é a inversão da larga onda de crescimento e expansividade do capitalismo marcada por episódios de crise com impacto reduzido, para uma onda de crise permanente, caracterizada por recessão e depressão com alguns momentos de recuperação. (PINTO, 2016, p. 57)

Segundo Matos (2014), a crise mundial do capital, na década de 1970, rompeu com o pleno emprego do modelo Keynesianista/Fordista<sup>2</sup>, gerou baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação. Inicia-se nesse contexto uma pressão burguesa para uma reconfiguração do Estado em resposta à crise do capital. Dessa forma, o ideário neoliberal surge com a proposta de desmantelamento das políticas sociais garantidas no *Welfare State*<sup>3</sup>.

Pinto (2016) considera que as determinações das relações capitalistas no contexto de recuperação da crise de rentabilidade do capital, foram intensificadas desde o final dos anos 1970, com a adoção de um leque de medidas em âmbito internacional, com o objetivo de

---

<sup>2</sup> Sobre o modelo Keynesianista/Fordista, ver Behring (2009); Boschetti (2009).

<sup>3</sup> Os *welfare States* ou Estados de Bem-Estar Social são amplos sistemas de proteção social realizada por meio de políticas redistributivas através de políticas sociais (que consiste na intervenção do Estado diante das expressões da questão social). Teve como paradigma a experiência dos países desenvolvidos da Europa a partir do segundo pós-guerra (meados da década de 1940), momento de grandes transformações sociais, políticas e econômicas em função da revolução industrial. Para um aprofundamento, ver (Mota, 1996) (Fleury; Ouverney, 2008).

recolocar as bases do sistema capitalista em patamares mais densos, intensos e complexos, com a finalidade de superação da crise.

A alternativa do capital em nível mundial assentou-se na remodelagem das relações de produção e circulação de mercadorias, investimento na financeirização da economia e alteração na ação do Estado frente à proteção do trabalho e à reprodução da força de trabalho. (PINTO, 2016, p. 57)

Combinam-se ações em âmbito global/local centradas na reestruturação produtiva que compreende a maximização da socialização produtiva e sua apropriação privada, com maior controle sobre os povos a partir da reestruturação dos procedimentos de produção e circulação.

A acumulação interminável do capital requer a acumulação interminável de poder. Dessa forma, suas ordenações “espaçotemporais” resultaram na expansão geográfica do capitalismo, base de boa parte da atividade imperialista e fonte de estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo. Contudo, “podem, com efeito, surgir desequilíbrios entre setores e regiões, bem como ser produzidos ciclos de negócios e recessões localizadas” (HARVEY, 2003, p.117).

No que se refere às tendências de crise no capitalismo, em contrapartida à teoria de Rosa Luxemburgo que elege o subconsumo como explicação das crises por “uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz. Essa dificuldade advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem (...)” o autor apresenta o argumento da sobreacumulação, ou seja, “falta de oportunidades de investimentos lucrativos”. Mas destaca o resgate da concepção de Hegel realizado pela autora supracitada: o capitalismo é forçado a buscar soluções fora de si para estabilizar-se. Como exemplo, o argumento de Marx quanto a criação de um exército industrial de reserva. Dado o seu poder de investimento tecnológico para induzir ao desemprego, este tende a exercer uma pressão de baixa sobre os salários e dessa forma abrir novas oportunidades de emprego lucrativo do capital (HARVEY, 2003, p.116).

O papel do capitalista como produtor e comerciante de mercadorias já está bem estabelecido, e a força de trabalho tornou-se uma mercadoria em geral trocada por um valor apropriado. A acumulação “primitiva ou original já ocorreu e seu processo agora tem a forma de reprodução estendida (...)” (HARVEY, 2003, p.120).

O sistema de crédito e o capital financeiro que se estabeleceu a partir de 1973, foram aprimorados e representam a face do capitalismo contemporâneo. Em nome da ortodoxia liberal, também foram criados mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, como o patentamento e licenciamento de material genético, a transformação de formas culturais em mercadoria, a escalada da destruição dos recursos ambientais globais, uma cadeia de privatizações de bens públicos como a água, as universidades, dentre outros. Historicamente, o Estado vem mantendo a lógica capitalista e com frequência é usado para impor esses processos em detrimento da vontade popular. O que envolve a perda de direitos a partir da regressão de estatutos regulatórios que até então protegiam o trabalho, o ambiente da degradação. Além disso, a devolução de direitos, obtidos graças a anos de dura luta de classes, ao domínio privado representa uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas.

Segundo Matos (2014), o contexto neoliberal evidencia-se pela minimização da ação reguladora do Estado significando a crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (MATOS, 2014). Para cumprir a proposta de desregulamentar todas as barreiras postas ao capital e romper com todas as restrições sociopolíticas limitadoras da liberdade de movimento do capital monopolista. Torna-se imprescindível alterar o papel do Estado para que se consolide essa nova modalidade de acumulação do capital. Que tem como plano estratégico para alcance das relações capitalistas de ações globais o financiamento por parte dos estados nacionais e seus fundos públicos (PINTO, 2016).

A intervenção na economia será, então, estruturada para maior favorecimento dessa condição, tendo como elementos a privatização direta de setores econômicos que eram exclusivos de atuação do Estado e de empresas estatais. Verifica-se um processo de contra-reforma<sup>4</sup> do Estado: institui-se um novo modelo de ação com parcerias entre o público e o privado, comprime-se a democracia na área econômica, tendo o lucro como única determinação. (PINTO, 2016, p. 60)

No que se refere à classe trabalhadora, o resultado é a exponenciação da questão social na medida em que se revertem as regulamentações conquistadas pela luta dos trabalhadores. As Conquistas traduzidas em direitos assegurados a todos pelo Estado, o caráter público das políticas sociais, financiadas pelo fundo público e sob responsabilidade do poder público ao sofrerem retrocessos na garantia de direitos sociais concomitante às alterações no mundo do

---

<sup>4</sup> O termo contrarreforma é uma reformulação do conceito de reforma e é utilizado para explicar o processo de retrocesso nas relações e conquistas sociais. Sobre o tema ver BEHRING, E. R.. *Brasil em contrarreforma*. São Paulo: Cortez, 2003.

trabalho resulta, dessa forma, na exponenciação da questão social (PINTO, 2016). Inevitavelmente, as consequências do neoliberalismo desencadearam o desemprego em massa, redução dos salários, redução dos gastos com políticas públicas, aumento da pobreza e da desigualdade social (MATOS, 2014).

As alterações no mundo do trabalho têm intersecção estrutural com a atual etapa de acumulação do capital que impõe um novo padrão produtivo que substituiu o modelo de produção em série e massa, apoiando-se na divisão de tarefas especializadas com controle de gerenciamento. A organização do processo de trabalho atinge maior desenvolvimento tecnológico e desconcentração da produção (terceirização). Bem como a desconcentração geográfica, a demanda de acordo com a economia de escala e a produção para mercados definidos e regionalizados mundialmente.

Esse processo passa a requisitar um novo perfil de trabalhador que “precisa ter capacidade de adaptação, ser dotado de espírito competitivo, dominar várias habilidades, além de ter instrução exigida para a execução de tarefas”. Ainda segundo o autor, conclui-se que tal processo intensifica, desorganiza e desqualifica o trabalho na medida em que lapida a exploração combinando métodos arcaicos e modernos no novo modelo de gestão da força de trabalho com redução salarial, supressão de garantias e alta rotatividade (PINTO, 2016, p. 58).

O novo modelo de gestão da força de trabalho também investiu ideologicamente para configuração de uma nova cultura interpretativa do trabalho, de forma que o trabalhador não o reconheça mais como um componente das relações antagônicas de classes, “mas como uma ação de sujeitos atomizados que competem entre si e associam-se ao movimento da empresa como colaboradores, e não como seus provedores de riqueza”. Dessa forma, a alienação alcança novos patamares que configura uma subsunção mais intensa à ordem do capital e influencia diretamente na organização da classe trabalhadora e, principalmente, nos seus respectivos sindicatos (PINTO, 2016, p. 59).

O trabalhador coletivo de massa tornou-se progressivamente uma categoria substituída pelo trabalhador polivalente, individualizado, colaborador e competitivo. Num contexto somático de alterações contratuais, prevalecendo formas precárias e desregulamentadas e de aumento do desemprego estrutural. Em que os sindicatos também experimentam

as divisões internas em suas corporações com seguimentos mais estáveis e extremamente qualificados, sendo a maioria mais vulnerável às demandas temporárias de absorção da mão de obra precarizada. Isto altera a

composição da classe, bem como suas reivindicações e formas de resistência. (PINTO, 2016, p. 59)

“É preciso um trabalhador flexível, com relações de trabalho também flexíveis para o modo de acumulação também flexível” (PINTO, 2016, p. 59).

A perspectiva teórico-política neoliberal dá consistência ideológica aos atuais movimentos do capital que formatam novas ações dos trabalhadores. Nessa perspectiva, os indivíduos são reconhecidos atomisticamente como possessivos, calculistas e competitivos e a sociedade é tomada como agregado fortuito destes indivíduos e meio para que estes realizem seus desejos. A base está na naturalização da desigualdade e na mercantilização de todas as esferas da vida, desde a privada até a classista, em seus aspectos mais coletivos. (PINTO, 2016, p. 60)

Retomando o fato de que se não bastasse as alterações no mundo do trabalho, o campo das políticas, programas e serviços sociais torna-se um novo espaço de ação do capital para recompor sua taxa de lucro através da mercantilização dessa área. O primeiro movimento é o da privatização direta dos serviços e o segundo é o repasse de recursos do fundo público para setores de empresariamento de ações.

A década de 1980 foi considerada a década perdida do ponto de vista econômico. Por outro lado, no Brasil, houve um processo de grandes conquistas e lutas sociais que culminaram na Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal Brasileira de 1988 representa um marco para os direitos sociais no país, na medida em que foi nela inscrita a noção de seguridade social, formada pela articulação do tripé Assistência Social, Saúde e Previdência Social.

Contudo, na trama dos processos contraditórios, imediatamente no início da década seguinte, a contrarreforma do Estado, segundo Soares (2002), executada através de medidas sob a justificativa de “superação da crise” implantou a agenda neoliberal, na década de 1990, responsável pelo redirecionamento do papel do Estado conduzido por políticas de ajuste fiscal na direção da destituição dos direitos conquistados e inscritos na Constituição de 1988. Dessa forma a década de 1990 é marcada por um intenso e progressivo processo de privatização do patrimônio público, denominada também de reforma administrativa para diminuição do gasto público com a finalidade de eliminar o déficit público e, a partir daí, a privatização da vida em todas as esferas. O eixo central da condução da política econômica segue no combate à inflação, com a desregulamentação da economia com a defesa da abolição da regulação do estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho, bem como a liberalização do comércio exterior, onde a livre competição no mercado internacional ocorre

“o fortalecimento dos mais fortes e a evidente impossibilidade da livre concorrência por parte dos mais fracos”. A liberalização indiscriminada das importações com o aumento da competitividade causou um desengajamento de parte da nossa força de trabalho que acarretou um desemprego sem precedentes no país com uma recessão profunda, prolongada e generalizada. Aliado a esse contexto ocorreu a pauperização das políticas sociais.

São, portanto, razões de outra natureza – de ordem estrutural e conjuntural – cujas determinações externas e internas se articulam na expressão de uma realidade muito mais complexa e contraditória, permeada de razões políticas (ao contrário do discurso asséptico, simplista e linear do neoliberalismo) que explicam as propostas neoliberais no Brasil. (SOARES, 2002, p. 45)

Nessa relação particular e de totalidade, cabe ressaltar que os projetos profissionais relacionam-se tanto com a estrutura macro societária quanto com os aspectos particulares da profissão. “o processo de organização política da classe trabalhadora possibilitou a ampliação da politização de diversos segmentos que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade” (RAMOS; ABREU, 2016, p. 85)

## 2.1 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

Segundo Netto (1999), a crítica, a denuncia, a recusa e o enfrentamento do conservadorismo foram as bases para a construção do projeto ético-político na transição da década de 1970 a 1980. Quando na metade dos anos sessenta, o movimento de reconceituação<sup>5</sup> na América Latina (Chile, Argentina, Peru e Uruguai) questiona desde a formação até a prática profissional. Consistiu em um movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo, e de fundamentação da visão marxista.

O diálogo entre setores do Serviço Social e a tradição marxista se configura na intercorrência de três fenômenos: a crise do Serviço Social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil. Porém, ocorreu uma aproximação enviesada de setores da categoria à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas”.

---

<sup>5</sup> Os seminários de Porto Alegre (1965) e o Método de BH (1972) foram expressões do movimento de reconceituação no Brasil.

O conservadorismo no Serviço Social brasileiro foi profundamente contestado a partir de exigências políticas e sociais de ruptura com a ordem ditatorial. Assim, a luta pela democracia na sociedade brasileira ecoou na categoria criando “o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional”. (NETTO, 1999 apud RAMOS; ABREU, 2016, p. 87)

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), também conhecido como “Congresso da Virada”, é considerado a gênese do nosso projeto ético-político profissional. Com raízes no processo de renovação do serviço social brasileiro principalmente na década de 1970 com a Intenção de Ruptura (teoria social crítica – pensar o serviço social através do Marxismo); Desenvolvimento de Comunidade; e articulação dos Assistentes Sociais com os movimentos políticos (Movimento Estudantil, MST, Sindical).

Um marco histórico do processo de organização da categoria foi a expressão de um novo posicionamento político dos assistentes sociais e das suas entidades representativas no III CBAS, realizado em São Paulo no ano de 1979. No momento de realização desse Congresso, “[...] as entidades da categoria galgaram um patamar qualitativamente superior em termos da definição e comprometimento com os propósitos políticos que a realidade social nos demandava”. (CFESS, 1996, apud RAMOS; ABREU, 2016, p. 87)

Na primeira metade dos anos 1980, contexto de mobilizações democráticas em que significativos segmentos que reivindicavam a efetivação dos direitos sociais, destacam-se: a emergência do novo sindicalismo no ABC – São Paulo, a efervescência do movimento de bairro; o surgimento de diversos tipos de movimentos sociais (feministas, homossexuais, ecológicos, étnicos); e a criação de novos partidos políticos.

Os projetos profissionais relacionam-se tanto com a estrutura macro societária quanto com os aspectos particulares da profissão. “o processo de organização política da classe trabalhadora possibilitou a ampliação da politização de diversos segmentos que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade” (RAMOS; ABREU, 2016, p. 85).

Ramos e Abreu (2016) salientam que “os assistentes sociais devem orientar sua intervenção na sociedade na perspectiva de considerar sua especificidade profissional e sua universalidade, enquanto trabalhador, como unidade e como particularidade” com “necessidade de mobilização e organização da categoria, visando à formação de sua

identidade de classe como parte da classe trabalhadora” (LOPES, 1999; ABREU, 2002 apud RAMOS; ABREU, 2016, p. 85).

Esse período da trajetória da profissão que delineou um vínculo de caráter progressista e democrático com os interesses da classe trabalhadora, além de materializar-se através do engajamento de significativos setores da categoria em diversos espaços coletivos, apresentou-se também no Código de Ética Profissional de 1986. Tem-se uma rearticulação da organização política profissional (RAMOS; ABREU, 2016). Contudo, “a condição política, primeira e necessária, não é suficiente“. Deve estar “acompanhado de quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico metodológico” (NETTO, 1999, p. 11-12). Na mesma década o Serviço Social adquire massa crítica. E em 1982 ocorre a reforma curricular.

Segundo Ramos e Abreu (2016), ainda sobre os desdobramentos desse Congresso, enquanto marco decisivo pra redefinição da organização política da categoria dos assistentes sociais, não se restringe à organização sindical, engloba as diversas dimensões da profissão: a formação, o exercício profissional, a organização estudantil e a sindical.

O Código de Ética Profissional de 1993 contemplou as dimensões éticas e profissionais após aprofundamento do debate da ética no Serviço Social até então insuficiente no Código de Ética Profissional de 1986. O atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, juntamente com a Lei 8.662 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes curriculares da ABEPSS compõe o aparato jurídico-político que expressam o Projeto Ético político do Serviço Social. Tanto no âmbito da organização política quanto no posicionamento em torno das diversas dimensões da profissão, destaca-se a atuação das entidades representativas:

A ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que coordena o debate sobre o projeto de formação profissional; o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, entidade responsável pela fiscalização do exercício profissional; e a ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, que dirige a mobilização do Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS têm constituído em lócus de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da hegemonia do projeto ético-político profissional. (RAMOS; ABREU, 2016, p. 88)

Netto (1999) sinaliza que o Projeto Ético-político estrutura-se nessa dimensão jurídico-normativa, entretanto deve ser concebida para além do conjunto de prescrições



normativas, deve ser entendido como construção coletiva profissional que busca se aproximar, coerentemente, com o projeto societário emancipatório.

Na mesma década em que o Projeto Ético político, fundamentado teórico e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social Brasileiro, surge, o projeto societário inspirado no neoliberalismo.

O país encontrava-se neste momento numa tentativa tardia de implantar um Estado de Bem Estar Social, contudo, foi surpreendido, no início da década de 1990, pelo ideário neoliberal. No Brasil, iniciou-se no governo Collor o direcionamento para o neoliberalismo que apontava para a reestruturação do papel do estado na sociedade, como estratégia de superação econômica para retomar o crescimento brasileiro.

Visto anteriormente que o contexto neoliberal evidencia-se pela minimização da ação reguladora do Estado significando a crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora. Uma das principais pautas assumidas foi a política de privatização em que vários bens estatais foram privatizados para subtração da dívida pública e houve também a adequação do Estado brasileiro ao capitalismo vigente na dinâmica internacional com grande abertura para o mercado com incentivo a instalação de multinacionais no país.

A contrarreforma do Estado, segundo Behring e Boschetti (2011), executada através de medidas sob a justificativa de “superação da crise” a partir das políticas de ajuste fiscal, austeridade fiscal, “revolução tecnológica e organização na produção”, começaram a gerar desempregos, queda significativa dos salários, enfraquecimento da organização política da classe trabalhadora concomitante a um cenário em que programas sociais foram extintos.

A agenda neoliberal, na década de 1990, foi responsável pelo redirecionamento do papel do Estado conduzido por políticas de ajuste fiscal na direção da destituição dos direitos conquistados e inscritos na Constituição de 1988. No âmbito da seguridade social, as principais tendências de reorganização institucional foram a privatização e a descentralização que assumiram características peculiares na Saúde, na Previdência e Assistência Social.

Analisando o impacto das alterações societárias na contemporaneidade, especialmente o desmonte de direitos que envolvem os processos de precarização do trabalho e das políticas

sociais, nos quais se insere o Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, e o desenvolvimento de sua atuação nos espaços sócio-ocupacionais. Trindade (2015) identificou que, no período de sua pesquisa (1998 a 2010) realizada no estado de Alagoas, o setor público estatal permanece como maior empregador de Assistentes sociais, concentrando 58,01% dos profissionais. Com maior abrangência municipal (43,18%), seguida pela abrangência estadual (40,15%) e federal (15,15%). O que pode ser justificado pelo processo de descentralização político-administrativa das políticas sociais que implica na partilha e transferência das ações governamentais do nível central aos estados e, principalmente, aos municípios (NASCIMENTO; COSTA, 2009).

O autor ressalta que da mesma forma que o processo de descentralização das políticas públicas vem alterando a dinâmica de prestação dos serviços sociais, pelas instituições estatais nas últimas duas décadas. O alargamento e a intensificação da incorporação do Serviço Social é outro indicador da reorganização das políticas sociais nos últimos anos, dado o registro das instituições pesquisadas que passaram a contar com o Serviço Social de acordo com as décadas: 1960 – 2,32%; 1970 – 10,07%; 1980 – 20,93; 1990 - 46,56%; de 2000 a 2006 – 48,76%. Contudo, o movimento crescente de incorporação do Serviço Social nas instituições ainda é incipiente, ao se considerar o número de postos de trabalho por instituição. Onde 51,90% das instituições possuem no seu quadro de funcionários apenas um (a) Assistente social. A expansão de instituições empregadoras, como na saúde e na Assistência Social, não absorveu quantitativamente os profissionais. Mantendo a sobrecarga de trabalho concentrada em quadros profissionais enxutos.

A contrarreforma do Estado ocorreu em setores estratégicos para o capitalismo, abarcando a privatização dos serviços sociais e quebra dos direitos trabalhistas. Sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado e “como as políticas sociais perfazem a base concreta sobre a qual se efetiva a atuação dos profissionais de Serviço Social, tal processo aparece na configuração atual do mercado de trabalho” (TRINDADE, 2015, p. 131).

Outro impacto no mundo do trabalho que são reflexos da contrarreforma do Estado é a precarização dos vínculos empregatícios dos Assistentes sociais que podem ser observados na composição das equipes onde, em um mesmo espaço de trabalho, convivem profissionais com os mais diversos tipos de contratação, como estatutários, contratos celetistas, terceirizados, prestadores de serviço, concursados temporários, cedidos de outra instituição, em desvio de função, os cargos comissionados e até os voluntários.

Possui uma diversificação de carga horária semanal que varia entre 40, 30<sup>6</sup> e 20h. E o acúmulo de vínculos empregatícios sob a alegação de que o principal motivo para o segundo vínculo decorre da baixa remuneração. No que tange à remuneração da categoria, constatou-se um declínio da seguinte forma: a quantidade de assistentes sociais que recebiam até 03 salários mínimos (SM) aumentou de 8,82% para 26,11%; de 03 a 06 SM aumentou de 29,42% para 47,22%; de 06 a 09 SM pouco oscilou de 19,11% para 19,44% e o grupo que recebia mais de 09 SM teve uma redução de 19,85% para 5%.

Estudos frequentes também têm apresentado o quanto os assistentes sociais não dispõem de condições adequadas para o trabalho. Segundo Trindade (2015, p.134), no que se refere a espaço físico que disponibilize sala de permanência e sala de atendimento para o Serviço Social, “em 17,61% das instituições os assistentes sociais não dispõem de espaço físico algum”. Não dispondo, dessa forma, de condições mínimas para o exercício profissional conforme determina o Código de ética profissional, ressaltando também o caráter sigiloso da profissão que prevê a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentos (art. 2 – d).

Essas dificuldades em garantir espaços físicos adequados e suficientes são frequentemente constatadas e notificadas pela fiscalização do CRESS. Trata de uma questão que envolve não só a garantia do direito dos profissionais pelas condições adequadas de trabalho, mas também, do direito da população nesse espaço que permita resguardar o sigilo e a qualidade do atendimento ao usuário. (TRINDADE, 2015, p. 134)

Conforme supracitado a contrarreforma do Estado ocorreu em setores estratégicos para o capitalismo, abarcando a privatização dos serviços sociais como a saúde e a educação, significativa transferência da Assistência Social ao Terceiro setor e também com a quebra dos direitos trabalhistas.

A Política de Educação no Brasil seguiu a lógica macroeconômica de privatização orientada pelos organismos internacionais, principalmente, sob os ditames do Banco mundial. O processo de privatização se expressa em varias medidas nos governos FHC, Lula e Dilma com destaque para: “a materialização e ampliação do ensino à distância; a aprovação do REUNI, que visa à reestruturação do sistema público de ensino; a criação do ProUni, garante ampla isenção fiscal ao setor privado presencial (com intenção do atual governo de estendê-lo

---

<sup>6</sup> Lei 12.317/2010 Acrescenta dispositivo à Lei 8.662/1993 – Art. 5º-A duração do trabalho do Assistente social é de 30 (trinta) horas semanais.

aos níveis fundamental e médio de ensino); e parcerias público privadas que reforçam a lógica da mercantilização na universidade pública” (RAMOS; ABREU, 2016, p. 81). Dessa forma o grande capital tem potencializado sua capacidade de obtenção de lucro e o fundo público tem servido à capitalização do ensino superior. E é nessa relação público e privado que a lógica mercantilista e privatista da política neoliberal se materializa na realidade brasileira.

A privatização da educação no contexto do capitalismo faz parte da agenda neoconservadora, vivenciada na atualidade e resultante da relação de classes característica do capitalismo no Brasil, pelas frações locais da burguesia, que recontextualizam as formulações dos organismos internacionais. (LEHER, 2010, apud RAMOS; ABREU, 2016, p. 82)

Trindade (2015) acrescenta que a contrarreforma no ensino superior, com suporte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e forte apoio do Ministério da Educação<sup>7</sup> ao longo de seguidos governos, de FHC a Lula, “com finalidade política de cumprir a meta de 30% de jovens no ensino superior até 2011 prevista no PNE, claramente orientado pelos acordos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio - OMC” provocou a expansão do ensino superior privado ligeiro presencial e à distância. Dessa forma, o uso das Tecnologias de Informações e Comunicação (TIC), no Brasil, ao contrário de agregar novas possibilidades pedagógicas, tem significado substituição tecnológica. Onde o EAD assumiu progressivamente a substituição do ensino presencial. Sendo a graduação à distância, ápice do processo de contrarreforma.

A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira. (CFESS, 2015, p. 16)

O acesso a educação através dessas ofertas de ensino superior foi ampliado. Contudo, discute-se a qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Ainda que a modalidade de EAD seja alvo de intensas análises, discussões e problematizações, a autora destaca que o desafio de garantir uma formação de qualidade não se restringe ao EAD, mas também no ensino presencial privado e até mesmo no ensino público. “Esse *boom* na criação de vagas para os cursos de Serviço Social como valorização do seu espaço na sociedade e como um reconhecimento de sua utilidade social”. Tem na realidade uma contradição entre os fenômenos que se colocam entre as exigências para uma formação profissional pública,

---

<sup>7</sup> Portaria de nº 2253; Resolução CES/CNE nº1; Decretos 2494/98 e 2561/98; Protocolo para criação do consórcio interuniversitário de educação continuada e à distancia Brasilead & Fundação Centro de ciências e Educação Superior à distância do Rio de Janeiro (CEDRJ).

democrática e de qualidade de acordo com o projeto ético-político hegemônico da categoria e por outro lado a formação de acordo com os interesses do capital utilizando-se da possibilidade de flexibilização das diretrizes curriculares e estabelecimento de um currículo mínimo para o ensino e relegando a pesquisa e a extensão (TRINDADE, 2015, p. 145).

A privatização da educação seja na modalidade presencial e/ou através do ensino à distância – EAD ampliou a possibilidade de atuação dos assistentes sociais na docência no ensino superior. “Nesse âmbito de atuação coloca-se uma novidade no espaço sócio-ocupacional: a tutoria presencial no ensino a distancia” (MONTEIRO, 2011 apud TRINDADE, 2015, p. 141). Contudo, verifica-se a precarização e super exploração do trabalho dos tutores conforme verificada na cidade de Goiás, no cumprimento de carga horária de trabalho de 40 e 60 horas com inexistência de contrato de trabalho formal e no desempenho de multifunções como: tutoria de sala, professor orientador e funções administrativas. Constatou-se também uma situação de irregularidade na qual a maioria dos tutores de sala não é Assistente social e a coordenação do curso é exercida por um profissional de pedagogia, infringindo a Lei 8662/1993 (CFESS, 2015).

Dentro da modalidade de EAD, onde estenda-se bem que o curso é a distância e não o estágio. O estágio supervisionado gera o maior numero de denúncias aos CRESS e ABEPSS. Dentre as principais irregularidades de descumprimento da Lei de Estágio 11.788/2008, da Resolução CFEESS 533/2008 e da Política Nacional de Estágio - PNE da ABEPSS, reveladas no nível nacional, a partir dos procedimentos de fiscalização do exercício profissional, serão listadas a seguir algumas irregularidades que simultaneamente exprime tanto a precarização do trabalho do Assistente Social quanto a precarização da educação tornando-a incompatível com a formação profissional de qualidade em serviço social:

- Número excessivo de estagiários por supervisor de campo, ferindo a resolução CFESS 533/2008. A exemplo de 20 estagiários para 1 profissional em Barra Bonita(SP);
- Supervisores de campo supervisionando mais de uma instituição simultaneamente como em Brasília (AC) e no estado de Goiás;
- Supervisão de campo e acadêmica centrada na figura do mesmo profissional, em vários estados e municípios;
- Responsabilização da abertura de campo de estágio submetida somente ao estudante, sem intermédio da instituição de ensino (Santa Catarina, Bahia, São Paulo);

- Ausência de supervisão acadêmica, a exemplo da Bahia onde 55% dos pólos não contam com o profissional para exercer essa função;
- Ausência de supervisão de campo, como na Bahia onde 15% das instituições não contam com supervisores;
- Supervisão de campo à distância, situação encontrada em Osasco, grande São Paulo;
- Pressão sofrida pelos assistentes sociais para abertura de campo de estágio, recebimento de estagiário e assinatura de documentação de estágio configurando assédio aos profissionais (CFESS, 2015, p. 23-25).

Frente às questões discutidas “tudo indica que o nível de precarização é realmente muito acentuado, em que há um desgaste físico e emocional decorrente do trabalho” (TRINDADE, 2015, p. 138.).

Os impactos na política de educação, em particular, no interior dos cursos de Serviço Social e no mercado de trabalho do Assistente Social incidem diretamente no processo de supervisão de campo de estágio. Comprometendo não somente a absorção da demanda que é proveniente do processo de formação, seja por falta de condições objetivas e subjetivas. Mas, também, o exercício de atividades, próprias do processo de supervisão de estágio, de estudo e elaboração/reflexão.

Atinge o processo de convênio entre as instituições de ensino e de campo de estágio, e principalmente o profissional de formação correspondente para supervisão direta do estagiário que, deve respeitar o direito do profissional, visto que a supervisão de estágio enquanto prerrogativa do Assistente Social desconsidera qualquer forma de compromisso involuntário ou obrigação em sua relação de trabalho. Também cabe o respeito à quantidade de estagiário permitida conforme determinado pela categoria<sup>8</sup>.

Com relação às condições objetivas para a atuação de supervisão de campo de estágio, os profissionais têm encontrado limitações estruturais e materiais, conforme mencionado, para incorporar o estagiário na instituição. E a instabilidade dos vínculos de trabalho e a intensificação do trabalho em um quadro restrito do Serviço social também tem o impedido de acumular essa função.

---

<sup>8</sup> Resolução CFESS N° 533/2008 – (Art. 3°) estabelece o limite máximo de um estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social” (Resolução CFESS nº 533/2008).

A ampliação do acesso aos cursos de Serviço Social incorporou também alunos trabalhadores. Logo, as dificuldades não se restringem frente ao aumento direto por vagas de estágio. Mas também o desafio para aqueles alunos que já estão inseridos no mercado de trabalho e precisam conciliar sua atividade laboral, estudo e estágio. Tendo às vezes como único recurso para estágio em plantões e finais de semana.

Devido a situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no serviço social: muitos alunos tem o estágio como fonte de renda, inclusive para o pagamento das mensalidades escolares, e isso tem refletido diretamente na formação profissional (PNE, 2010, p.)

Essa é outra situação que acontece principalmente nas IES privadas é o acesso do aluno a bolsa de estudo (estágio) como instrumento de sua permanência no curso, acarretando na sujeição dos estagiários a carga horária e as condições de sua realização estabelecidas pelo campo de estágio e conseqüentemente a inversão de valores onde a bolsa torna-se mais importante que sua experiência no campo de estágio.

Tal contexto sócio-histórico exige a reflexão e aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional. Esse terreno, que atualiza a afirmação da qualidade do exercício da profissão na garantia do atendimento às necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as, é fundamental numa época em que a humanização da vida se confunde com o consumo, o mundo do dinheiro e a posse das mercadorias – reforçando o fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. (CFESS, 2012, p. 09)

Diante de todos esses desafios, a defesa é pela formação permanente enquanto estratégia de fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Segundo Guerra (2003), a profissão possui uma instrumentalidade que é composta por um conjunto de saberes

específicos que agregam três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E Santos (2013), explica a “teoria como método de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica), para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa) comprometidas com um determinado projeto profissional (ético-política)” (SANTOS, 2013, p.26). “A dimensão ético-política é responsável por impregnar de sentido, dar direção à ação profissional” (FORTI; COELHO, 2014, p. 35).

A partir do entendimento de que a educação não deve servir aos interesses de mercado. Conforme sugere Mészáros (2005) cabe-nos “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de superação do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, ou, ainda, todos aqueles a serem ainda inventados que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2005, apud RAMOS; ABREU, 2016, p. 82).

Como exemplo no atual governo, Bolsonaro, a proposta do projeto Future-se do governo federal, lançado pelo MEC com o objetivo de promover maior autonomia financeira nas Universidades e Institutos Federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Entretanto, essa proposta ataca as universidades no que se refere a autonomia, financiamento, seu caráter público e função social.

De acordo com Iamamoto, as diretrizes que vem norteando o projeto ético-político é a da defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denuncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior. (IAMAMOTO, 2007 apud PNE, 2010, p. 11)



### 3 PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO

O Projeto de Formação Profissional em Serviço Social é uma construção coletiva. A revisão curricular contou com profunda avaliação do processo de formação profissional diante das exigências da contemporaneidade. Nesse momento a ABEPSS promoveu e coordenou junto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, órgão acadêmico que articula a pós-graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no Brasil. Mobilização esta que ocorreu com o apoio decisivo da entidade nacional representativa dos profissionais de Serviço Social – CFESS, bem como da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO.

Ao todo foram realizadas cerca de 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades acadêmicas filiadas à ABEPSS e 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais nesse período de 2014 a 2016.

O primeiro passo consistiu numa avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. O resultado foi a construção do Relatório Síntese dos Impactos e Tensões da Formação Profissional que agregou as sistematizações dos relatórios das oficinas regionais. Com base nesse documento intitulado “Diagnóstico” foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABEPSS, em Recife, em dezembro de 1995, a proposta para o Projeto de Formação Profissional que continha os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular do curso de Serviço Social.

O trabalho coletivo prosseguiu através das oficinas e em 2016 com a assessoria de um grupo de consultores conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate”.

As proposições finais do conjunto das Unidades de Ensino após serem sistematizadas resultaram em seis documentos regionais, sobre os quais a Diretoria da ABEPSS, a representação da ENESSO e do CFESS, o grupo de consultores do Serviço Social e a consultoria pedagógica elaboraram a presente proposta nacional de currículo mínimo para o curso de Serviço Social.

As diretrizes curriculares da ABEPSS consiste em diretrizes gerais para o curso de Serviço Social com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária em 8 de novembro de 1996. Fruto de um processo amplo e sistemático de debate e revisão do currículo mínimo, vigente desde 1982, realizado pelas Unidades de Ensino nesse período de 1994 a 1996.

A promulgação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, corroborou para o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para curso de Serviço Social conforme a nova lei:

Artigo 53º - No exercício de sua autonomia, são assegurados às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: II – fixar os currículos dos seus cursos e programas observadas as diretrizes gerais pertinentes. (Lei 9.394, 1996)

Tem como pressupostos da concepção de formação profissional que:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (diretrizes curriculares/ABEPSS, 1996, p.05)

A Lei de Regulamentação da Profissão estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) deve elaborar o seu currículo pleno. Para isso tem em seus princípios uma fundamentação à formação profissional, bem como as diretrizes curriculares que

implicam em uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e tecno-operativa assegurando elevados padrões de qualidade na formação do Assistente Social.

Para esse alcance, a efetivação desse projeto de formação profissional remete, diretamente, a indissociabilidade desses conhecimentos alcançados a partir dos Núcleos de Fundamentação constitutivos da formação profissional, são eles:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social;

Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Núcleos esses que se desdobram em matérias básicas e por conseguinte em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

Segundo Santos (2016), o Projeto de Formação Profissional em Serviço Social se efetiva em um currículo teórico-prático que tem no estágio um componente curricular que “ocupa centralidade na formação profissional, pois potencializa a qualificação dos alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo” (ORTIZ, 2016, p. 207).

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágios, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). (ABESS, 1996, p.71)

No que se refere à concepção e operacionalização da supervisão de estágio nos cursos de Serviço Social, com base no tratamento que a PNE dá ao estágio, este é “um momento ímpar no qual se oportuniza a relação de unidade entre formação e exercício profissional”. Para ambas as partes, tanto para o aluno quanto para o profissional (SANTOS, 2016, p. 215).

Com base em três premissas elencadas pela autora, cabe destacar que:

A supervisão em Serviço Social não se limita a superviso de estágio. Essa é apenas uma das competências dentre as possibilidades do exercício profissional do (a) Assistente

Social, como: supervisão de políticas sociais, programas, projetos; supervisão técnica de equipes e profissionais; e supervisão de estagiários.

O estágio é o momento em que o estudante experiencia o exercício profissional, em um determinado espaço sócio-ocupacional que, no Serviço Social, será acompanhado por um profissional Assistente Social.

Já a supervisão é o momento em que o profissional responsável pela supervisão de campo e acadêmica e o estudante se dedicam a pensar sobre esse exercício profissional: os fundamentos da profissão e a realidade que se apresenta neste determinado espaço sócio-ocupacional, tendo como fundamento determinado aporte teórico, ético-político e técnico-operativo que constituem as dimensões da profissão (SANTOS, 2016, p. 217)

Dessa forma, a autora destaca que supervisão e estágio são elementos distintos, não podendo, entretanto, serem separados.

A partir desse entendimento, a segunda premissa trata da unidade entre formação e exercício profissional tendo como aglutinador a supervisão de estágio considerada parte intrínseca tanto do processo de formação quanto do processo de trabalho profissional. Logo o estágio é um componente curricular facilitador da articulação entre essas duas dimensões.

Seguindo nessa mesma direção, o estágio supervisionado definido como atividade curricular obrigatória e a supervisão de estágio em Serviço Social enquanto atribuição privativa do Assistente Social articula, dessa forma, formação e exercício profissional. Logo, verificamos o quanto essas premissas se cruzam e se completam.

Segundo Ortiz (2016) o Serviço Social está a frente no reconhecimento da necessidade da supervisão direta ao estágio e da prerrogativa de atribuição privativa do Assistente Social. Estas defesas acompanham a trajetória histórica da profissão antes mesmo da existência de leis que regulamentasse o Estágio no Brasil, lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio.

A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), mais especificamente no artigo 5º “Constituem atribuições privativas do Assistente Social: VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” encontra-se o caráter de atribuição privativa do Assistente Social, ou seja, o caráter exclusivo da supervisão de estágio em Serviço social por Assistentes Sociais. Da mesma forma o Código de Ética Profissional de 1993 ratifica em seu artigo 4º, alínea C, que é vedado ao Assistente Social “permitir ou

exercer a supervisão de aluno/a de serviço social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno/a estagiário/a”. As diretrizes curriculares da ABEPSS/1996 reitera a supervisão de estágio como competência profissional e atividade pedagógica essencial na formação do (a) assistente social. A contribuir, a Resolução 533/2008 e a Política Nacional de Estágio também compõem esse arsenal orientador, normativo e jurídico da formação e exercício profissional.

A construção coletiva dessa proposta de formação acadêmica no curso de serviço social norteia-se pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com a função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014).

Contudo, a categoria vem experimentando mudanças no projeto educacional que se reformula para responder diretamente às exigências do mercado reestruturado para superação da crise do capital. Retomando, que a contra-reforma na educação superior no Brasil ocorreu sob os ditames dos organismos multilaterais, a proposta de currículos mínimos foi atropelada tornando as diretrizes curriculares mais flexíveis com alteração no perfil do bacharel em serviço social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório e na definição de competências e habilidades tecno-operativas foram suprimidos do texto o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira, bem como os tópicos de estudo foram banidos do texto oficial em todas as especialidades.

Esses cortes nas diretrizes que compunham os três núcleos de fundamentação da curricular (Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional) passaram e integram o texto das diretrizes curriculares, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto. Dessa forma, “o conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativas das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos.

Ou seja, conserva-se uma estrutura com o esvaziamento de conteúdo como uma casca oca que gera a dificuldades em garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país.

Na docência experimenta-se uma transformação na forma e no conteúdo do trabalho, com a precarização das suas condições de trabalho. “esse novo perfil requer diversas habilidades, maleabilidade, multifuncional, produtivista, competitivo. Enfim, destituído da capacidade crítica e criativa frente ao movimento das relações sociais (PINTO, 2016, p. 64).

Prevalece a funcionalidade da precarização do ensino relacionada ao tipo de profissional que se exige hoje no mercado de trabalho. Um currículo aligeirado e minimalista do MEC, que prevalece na EAD, é extremamente funcional, formando um profissional tarefeiro almejado pelas prefeituras, como veremos a diante, mas sem nos restringirmos a essa questão.

### 3.1 PESQUISA

Sobre a Metodologia utilizada nessa pesquisa destaco que “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação” (Lévy-Strauss, 1995, apud MINAYO, 1993, p. 13). Esta é uma investigação de cunho qualitativo, na medida em que se interessa pelo olhar dos sujeitos sobre aspectos que envolvem seus processos de trabalho, nesse caso sobre os limites, desafios e potencialidades a efetivação do trabalho do (a) Assistente Social no processo de supervisão de estágio. E busca uma combinação entre teoria e dados, enquanto bases da pesquisa, conforme (Minayo, 1993).

De acordo com Minayo (1993) na abordagem qualitativa, o pesquisador objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito.

A pesquisa enquanto “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade (...). É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (Minayo, 1993, p.23). Logo, a base da pesquisa foi a construção de um referencial teórico através de revisão bibliográfica. Associada a técnica de coleta de dados: entrevista semiestruturada, que ocorreu em dois

momentos distintos com a combinação das técnicas de aplicação de grupo focal e entrevista individual. Que respectivamente trata-se de uma entrevista em grupo que a partir da interação grupal possibilita aos participantes explorarem seus pontos de vistas e promover uma ampla problematização sobre o tema, em seu próprio vocabulário, tornando um espaço de discussão e troca de experiência. E a entrevista individual busca alcançar profundidade de expressão e particularidades de cada participante (BACKES et al., 2011).

A pesquisa buscou contemplar a participação de todas as discentes da segunda turma do Curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio, matriculadas no período da pesquisa, para uma maior representatividade dos espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais (esfera pública estatal, pública privada, fundações empresariais e filantrópicas). O grupo focal tinha por objetivo contemplar o universo de 17 alunas, para tanto foi aplicado na Faculdade de Serviço Social da UFJF. A entrevista individual buscava alcançar uma amostra de 1/3 da turma. Esta última, entretanto, se houvesse a necessidade, poderia ser realizada em outro local escolhido em comum acordo com as colegas de turma, devendo-se valorizar locais mais silenciosos e com pouco trânsito de pessoas, devido ao uso do gravador.

Segundo Pereira (2018), o Curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio está voltado especialmente à supervisão de estágio em Serviço Social, ou seja, foi criado “para ampliar o número de Assistentes Sociais supervisores de estágio capacitados academicamente para esta atribuição considerando a persistente argumentação dos Assistentes Sociais se sentirem despreparados para supervisionar a atividade de estágio”. Mas, o curso também contempla a articulação entre formação e exercício profissional.

É importante ressaltar, aqui, que este curso de especialização, também cumpre a função de articulação entre formação e exercício profissional, como forma de retroalimentar e fomentar processos que qualifiquem a intervenção dos assistentes sociais diante dos desafios cotidianos na vida em sociedade e a necessidade de sua superação. Nesta direção contribui com a aproximação entre universidade e sociedade. (FORMULÁRIO PG-01 PARA CRIAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, 2013 APUD PEREIRA, 2018, p. 88)

Esse formulário, PG-01 para criação de curso de pós-graduação lato sensu 2013, é o documento que justifica a criação do referido curso de especialização e seu texto recorre aos elementos próprios do projeto profissional crítico tais como a legislação da profissão, as

diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social – ABEPSS, bem como textos produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS como a Política de Educação Permanente. A primeira turma do curso ocorreu no período 2013-2015. E esta segunda turma no período de 2017 a 2019.

O curso tem por objetivos:

a) contribuir na capacitação dos profissionais de Serviço Social para a intervenção em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais sobre as expressões da “Questão Social”;

b) contribuir para a capacitação dos profissionais na prática da Supervisão de estágio em Serviço Social e

c) formar profissionais altamente qualificados em Serviço Social (FORMULÁRIO PG-01 PARA CRIAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, 2013 APUD PEREIRA, 2018, p. 88).

O fato de esse curso de especialização se referir a uma iniciativa que busca promover a qualificação profissional para a supervisão do estágio em Serviço social. Isso quer dizer que os objetivos do curso se inter cruzam com dois pontos consecutivos do projeto ético-político do Serviço Social, a saber: o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. (PEREIRA, 2018, p. 89).

Dessa forma, esse curso de especialização constitui uma possibilidade de continuidade da formação profissional cuja base se assenta na qualificação do exercício profissional e no estágio supervisionado em Serviço Social assinalando seu alinhamento ao projeto crítico profissional do Serviço Social. Tais estratégias formativas orientadas pelos princípios do Projeto Ético-político contribui na qualidade da formação de novos profissionais que, por sua vez, voltam-se para uma etapa fundamental que é o entendimento dos futuros profissionais e sobre as possibilidades de uma atuação crítica, visto que,

A supervisão direta de estágio em Serviço social é uma atribuição privativa dos/as Assistentes Sociais, e toda a sua dinâmica e regulamentação vinculam-se a outros processos sócio-políticos e normativos, ou seja, trazem implicações de processos que se dão no contexto do ensino superior, do mercado de trabalho, assim como de processos internos à profissão. (CFESS, s.d Apud PEREIRA, 2018, p. 89).

Diante desse entendimento, ressaltamos a adoção do presente estudo por meio de uma investigação qualitativa, na medida em que nos interessamos pelo olhar do sujeito sobre os aspectos que envolvem seus processos de trabalho, nesse caso sobre os limites, desafios e potencialidades a efetivação do trabalho do (a) Assistente Social no processo de supervisão



de estágio.

Para execução dessa pesquisa de campo foi realizado convite prévio por parte da pesquisadora, com a apresentação da proposta seguida das orientações devidas e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previamente aprovado pelo Comitê de Ética da UFJF, para leitura e assinatura das participantes/colaboradoras (documentos anexos).

Os critérios de inclusão e exclusão foram: para o Grupo Focal participaram Assistentes Sociais com matrícula regular no Curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF, turma 2017 – 2019. E para a entrevista individual seriam selecionados aleatoriamente, por sorteio, dentre as participantes do Grupo Focal, Assistentes Sociais inseridas no mercado de trabalho. Logo, para a entrevista individual serão excluídas as Assistentes Sociais que não estão inseridas no mercado de trabalho.

A técnica de coleta de dados utilizada é a entrevista semiestruturada com auxílio de gravador de voz, conforme roteiros construídos (anexo). E ocorreu em dois momentos distintos com a combinação das seguintes técnicas: primeiro com a aplicação do grupo focal e num segundo momento através de entrevista individual. A coleta de dados ocorreu, majoritariamente, no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desse universo de 17 Assistentes Sociais, em sua totalidade do gênero feminino, houve a participação de 7 Assistentes Sociais no primeiro momento que foi a realização do Grupo Focal no dia 05 de julho de 2019. Para a segunda etapa, conforme critério de exclusão, ocorreu a exclusão de uma participante que não se encontra inserida no mercado de trabalho e para entrevista individual foi realizado o convite a 6 Assistentes Sociais, onde alcançamos a participação de 5 Assistentes Sociais e 1 justificativa de impossibilidade prontamente compreendida e aceita. As entrevistas individuais ocorreram no período de 18 de outubro a 20 de novembro de 2019.

A pesquisa foi custeada com recursos próprios, no que se refere aos recursos materiais necessários para gravação de áudio durante as entrevistas e os materiais para consumo como papel, caneta e xerox. No que tange a recursos físicos as entrevistas foram realizada nas dependências da Universidade Federal de Juiz de Fora com maior incidência na Faculdade de Serviço Social e uma no local de trabalho de uma das participantes.

A abordagem utilizada para a análise dos dados qualitativos desta pesquisa é análise temática, diante de sua relevância e confiabilidade para descrever e explicar fenômenos

sociais. O processo analítico será sistemático, com a criação de categorias, onde os dados das transcrições estão sendo analisados a partir de agrupamentos temáticos. A proposta é identificar as relações entre os temas e examinar suas conexões, relacionando-os ao referencial teórico.

A pesquisadora responsabilizou-se pela coleta de dados e execução de tarefas com os dados brutos da pesquisa, como: transcrever as entrevistas, reconhecer e refinar os conceitos e codificar os dados. Tendo como princípios fundamentais a ética e o sigilo a metodologia utilizada é de não identificar as participantes, ou seja, todo rigor metodológico por meio de técnicas que garanta o anonimato em relação à identificação das participantes e das respectivas instituições sócio-ocupacionais, bem como todo rigor na guarda dos áudios e documentos transcritos. E a garantia de determinados direitos às participantes conforme documentos anexos (TCLE).

O tempo de duração do Grupo focal, que tinha a estimativa de 60 minutos, durou cerca de uma hora e vinte e cinco minutos e as entrevistas individuais variaram de trinta minutos a uma hora.

### **3.1.1 Grupo Focal**

De acordo com Backes (2011), o Grupo Focal pressupõe uma atividade dinâmica, dialógica e capacidade de análise e síntese reflexiva dos participantes. Nesse espaço de discussão e de troca de experiência, os desacordos podem encorajar a defesa de pontos de vistas, bem como esse espaço também abre possibilidades de gerar novas concepções. Essa técnica possibilita que as concepções e experiências dos participantes sejam exploradas no sentido de analisar “não somente o que as pessoas pensam, mas como elas pensam e por que pensam assim” (BACKES et al, 2011, p. 439).

Observamos que as colocações das participantes foram no sentido de complementações, defesa de ponto de vista e sintetização. As interrupções de fala ocorreram para enfatizar algum detalhe mencionado ou para acrescentar. As falas das participantes encontram-se apresentadas livremente visto que não é de interesse identificá-las nem mesmo por codinomes. São utilizadas no corpo de todo o texto e as vezes destacadas para ressaltar alguma idéia e contextualizações.

Não são poucos os termos utilizados para expressar a satisfação das Assistentes Sociais entrevistadas, ou seja, das alunas do Curso de Especialização que o avaliam como: excelente, ótimo, contributivo, muito bom, esclarecedor, muito produtivo, gratificante, contemplador, dentre outros.

O curso é considerado esclarecedor por propiciar um maior entendimento sobre o Projeto Ético Político - PEP, que segundo as participantes “ficou mais claro a partir dessa especialização”, tanto para aquelas com mais tempo de formada, na década de 1990, momento em que o PEP estava em construção com forte rebatimento no seu exercício profissional em que as ações pautava-se no código de ética profissional e em estabelecer estratégias político-profissionais que dava o direcionamento a seguir, quanto para as Assistentes Sociais, relativamente, recém formadas. Para essas últimas, algumas questões em que as profissionais se confrontavam na sua atuação por não entender como que o Assistente Social estava lidando com determinadas situações que, “certamente existem tensões entre projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro” (IAMAMOTO, 2014, p. 611) foram relatadas terem sido sanadas nessa Pós graduação, enquanto primeiro espaço de discussão após a graduação. O Projeto Ético Político agregou novas perspectivas para a organização política, o exercício profissional e a formação profissional enfatizando seu caráter indissociável.

Além de esclarecedor, o curso trouxe contribuições imensas ao favorecer a reflexão, o amadurecimento e acúmulo profissional. Propiciou maior entendimento, da “visão”, de totalidade correlacionando a macro e a micropolítica ao identificar que a dificuldade em se alcançar o atendimento das necessidades do usuário, advém da fragmentação da rede de assistência orientada por suas diretrizes e proveniente do desmonte das Políticas Sociais que não se restringe à Política de Assistência Social, mas também às outras Políticas que também estão sofrendo esse processo de precarização que, é um reflexo de toda a política nacional impulsionada pela política externa e rebatido em todas as profissões, não só na nossa profissão.

O curso rompe, em parte, com o isolamento profissional ao permitir reconhecer no outro o processo de precarização generalizada sobre as políticas sociais e também sobre todos os campos de atuação do assistente social, sobre o Serviço Social e sobre o profissional. Isolamento este dado pela configuração dos postos de trabalho restrito, conforme capítulo anterior, com predomínio de um assistente social por instituição, isolado no seu local de trabalho enquanto o outro está passando, as vezes, pelas mesmas injunções que não são

específicas de um espaço, ao contrario, cada vez mais generalizada, bem como o assédio no trabalho, o assédio moral. O curso também foi um momento reflexivo de pensar a própria ação, pensar o processo de trabalho que desenvolve dentro do seu espaço ocupacional, um olhar de fora para dentro da roda vida do exercício profissional, da rotina que dificulta a reflexão sobre a própria ação profissional. Considerado uma fonte de amadurecimento muito grande. Daí o reconhecimento da contribuição profissional e pessoal por parte das entrevistadas.

Sem retroceder a uma visão endógena e focalista. E sem desqualificar e desconsiderar a importância e indicação da interdisciplinaridade que significa a integração das disciplinas ou áreas de conhecimento e a relação Interprofissional, quando há aprendizagem compartilhada, com interação entre estudantes e/ou profissões de áreas diferentes (PEDUZI et al. (2013). Tão importante quanto o aprimoramento das competências transversais, nesse momento, no curso foi ressaltado como excelente o espaço de diálogo criando identidade por áreas de atuação, vivência e experiência. E de debate das competências específicas em detrimento de pós graduações cursadas anteriormente, multiprofissional, no sentido de maior aprofundamento das especificidades do serviço social como exemplo o PEP.

É considerado como um diferencial, esse curso, com todos os professores do Serviço Social, em que se tem um espaço de Assistentes Sociais realizando um estudo com debate que, sem dúvidas, contribui tanto profissionalmente quanto pessoalmente.

“Quando eu escolho participar desse processo para entrar no curso de especialização eu já venho mesmo direcionada para algumas disciplinas que eu precisava na minha atuação profissional. [...] Quando eu cheguei aqui e vi mais de 30 mulheres, todas Assistentes Sociais, e as questões apontadas muitas delas era o que eu estava vivenciando hoje, assim, eu vi que muitas coisas eram parecidas e me ajudou a construir e desconstruir na minha atuação com os meus usuários, eu consigo hoje ter um outro posicionamento, dar uma outra direção para o meu trabalho. E dentro do meu trabalho, hoje, eu levo as questões aqui da Pós, esse conhecimento, esse acúmulo que eu tive aqui. Então, pra mim, foi fundamental, uma coisa que eu vou levar assim pra vida. E nesse processo de construção e desconstrução, de posicionamento, de dizer pra instituição que aquilo não era uma demanda era uma requisição, como que eu ia lidar com aquilo ali e diante dos meus colegas e também das outras profissões, então pra mim foi muito gratificante, eu saio assim com uma bagagem que eu não achei que eu ia sair daqui. Eu tô levando muito além do que eu achei que iria buscar. Pra mim foi muito

bom! Contribui muito, contribuiu bastante! Foi uma troca pra mim fantástica”

É com entusiasmo o reconhecimento e a valorização da universidade pública, da modalidade de ensino presencial e da duração do curso de dois anos. E ressaltam a importância de continuar lutando para a sua manutenção frente aos desmontes que podem impactar na publicização e na qualidade dos cursos de pós graduação seja lato e stricto sensu. Qualidade no seu sentido amplo que compreende aos conteúdos e equipe docente. “Mesmo com essa distância minha longa [...] de viagem [...] se tivesse que começar hoje eu ia fazer do mesmo jeito de tão engrandecedor que foi [...]”

Vivenciamos situações de perplexidade, reconhecimento alheio e mútuo, incentivo, motivação, dedicação, esforço, determinação, dentre outras situações de adoecimento, abandono do curso (...).

“Quando eu cheguei aqui”, acrescento, depois de muitas horas de viagem, “e vi a colega falando sobre ter mais de 20 anos de formada, outra quase isso, e as outras meninas né. E ver que elas estavam vindo para buscar conhecimento, pra ter essa contribuição ... bom falei assim poxa: tem uma colega agora que tá há mais de 20 anos e ela tá buscando atualizar ... pra mim foi fundamental ouvir da [colega] e das outras meninas de estarem vindo pra universidade, tá buscando, tá renovando, então foi fundamental!”

“Resistência, eu acho que resistência é a palavra chave, que nos define né!? Resistência!”

O curso veio num momento muito oportuno, de inúmeros desafios com os quais a categoria se defronta, nesse contexto, de hegemonia do capital e de suas regressivas contra-reformas dentre elas, a universitária e trabalhista. E a contribuição que ele trouxe para a nossa atuação profissional vai muito de encontro às discussões que tivemos em sala de aula a respeito do exercício profissional não se esgotar na política, tendo visto ser essa uma questão dentre outras questões relatadas terem sido trazidas desde a graduação de que o nosso exercício profissional é para execução das políticas sociais, e no momento de desmonte da política pública, estávamos, não sei se posso dizer todas, muito angustiadas e sem muita expectativa do futuro da profissão. E a discussão feita dentro do curso, ela ampliou muito o nosso olhar e isso impacta muito no nosso exercício profissional.

Outra questão foi o reconhecimento dos limites e das possibilidades profissional, até

que ponto o profissional conseguiu caminhar, diante dos limites quais as possibilidades e estratégias para ir além, ver outras possibilidades, outros caminhos para está construindo. E no que diz respeito à equipe multiprofissional ou interprofissional, entender que “esse é o meu limite, isso não sou eu, isso é outro profissional que vai dar continuidade, é outra área específica, esse cuidado de não absorver aquilo que vem como se fosse pra mim como Assistente Social, de delimitar isso não é do Serviço Social, isso não é de atuação minha enquanto Assistente Social, de posicionar cada vez mais nisso.” Principalmente diante do técnico de referência sob o entendimento de que todo mundo faz tudo, não todo mundo não faz tudo! E de conseguir se posicionar dentro disso, eu não faço tudo, eu sou Assistente Social, além de ser um técnico de referência eu sou uma Assistente Social, então isso aqui não é meu, isso aqui não me cabe! Logo, o curso gerou um maior posicionamento a partir da compreensão sobre o que é atribuição, competência, demanda e principalmente sobre as demandas equivocadas. E com isso, a compreensão também sobre os limites e as possibilidades na atuação profissional do (a) Assistente social.

Sobre os desdobramentos do curso acerca do processo de supervisão de estágio. Verifica-se que, dentre as participantes da pesquisa, uma Assistente Social assumiu pela primeira vez a atribuição de supervisão de campo de estágio durante o curso e, mais especificamente durante a disciplina de Formação Profissional e Estágio supervisionado e ressalta sua fundamentação no conteúdo da disciplina que compreendeu também as diretrizes curriculares e legislações afins. E a interlocução de conteúdos para o processo de supervisão de estágio, que o curso propiciou, com temas atualizados para discussão e demais atividades.

A decisão de ter ou não estagiário possui relação direta com as condições de trabalho, ou seja, as condições objetivas tem sido um impedimento, para aquelas assistentes sociais que experimentam a conquista recente de condições materiais mínimas como: armário, sala, acesso a carro para visita domiciliares e tudo aquilo que se remete as condições materiais para atendimento aos usuários. A luta por condições de trabalho adequada e qualidade no atendimento ao usuário, remete a profissional a defesa de abertura de campo de estágio estritamente com qualidade. Uma luta vencida, conforme mencionada, abre possibilidades de um novo desafio.

Questões burocráticas como a falta de convenio entre a instituição empregadora e a faculdade também tem sido um fator limitador. Entretanto sobressai a fragilidade de vínculo que consiste em contratos temporários de seis meses, um ano, com prorrogações de igual

período, com risco do estagiário passar por sucessivos profissionais supervisores.

Sobre o entendimento da instituição a respeito do estágio, aquela que vê o estagiário como mão de obra barata e ao mesmo tempo como profissional, de uma certa forma, limita a atuação do profissional diante da responsabilidade do mesmo com o processo de formação. Neste caso, é retomada a necessidade de maior articulação do tripé, Universidade, Instituição e CRESS, no processo de capacitação institucional para alcançar o entendimento global do significado da inserção do estagiário que está em processo de formação naquele espaço de trabalho porque isso já causa um entrave muito grande. Essa visão distorcida e conveniente de complementação profissional se intensifica quando adquire a proposta de substituição do profissional que, precarizado com redução de carga horária, o excedente de serviço é complementado com estagiário e isso fragiliza ainda mais o seu vínculo de trabalho. Então são muitas as questões a serem analisadas em relação a inserção do estagiário que, apesar de positiva para a construção profissional, precisam ser identificadas para melhor estratégia enquanto profissional.

Já temos estabelecido que o estágio supervisionado é condição indispensável a conclusão da formação, que seja um processo desenvolvido com qualidade, e as condições de permanência desse aluno? Diante de todo processo de construção de conhecimento e debate sobre a exploração capitalista, como contratualizar um estagiário sem no mínimo uma bolsa de extensão ou acesso a vale transporte, sem contar a alimentação? Essa tem sido outra situação de incomodo profissional e requisito mínimo para abertura de campo de estágio, para além da dificuldade de se inserir um aluno trabalhador no campo de estágio, conforme apresentado no capítulo anterior. Faz-se necessário garantia de condições para a permanência do aluno no campo de estágio, pois, de acordo com Yamamoto, hoje temos uma alteração na composição de classe do contingente profissional em que se reduziu a distancia entre a categoria de assistentes sociais e o público atendido.

Se por um lado surte efeitos no universo cultural dos estudantes e carece atenção por parte das unidades formadoras. Por outro lado, essa mudança no padrão social “cria uma ambientação favorável, apoiada na experiência de vida, à identificação com os dilemas do conjunto da classe, alvo predominante dos serviços profissionais e das políticas sociais públicas. Podendo, dessa forma, significar para o profissional um reforço “à identidade de classe enquanto trabalhador, matizada por recortes de gênero, etnia e geração” (IAMAMOTO, 2014, p. 629).

E entender também que a supervisão de estágio além de ser uma atribuição do Assistente Social, ela integra como mais um trabalho dentro da instituição, o profissional tem que despende tempo para preparar, se dedicar a construção do conhecimento do aluno que envolve diversas atividades e procedimentos. Então, de fato tem que observar muitas coisas em relação a isso porque não é simplesmente receber o aluno na instituição. Tem que preparar a instituição para receber o aluno e o serviço para o processo de supervisão de estágio em si.

Na busca por uma aproximação às condições subjetivas das Assistentes Sociais relacionadas ao processo de supervisão de estágio obtivemos que num primeiro momento, recém formadas, uma barreira pessoal encontrada foi a questão de ainda estarem desenvolvendo o exercício profissional na primeira inserção na prática profissional, estar em processo de aprendizado e ter que supervisionar um estagiário, é lidar com o novo e foi algo que gerou muito receio de errar, de repente não contribuir tanto com o crescimento do estagiário. Contudo, conforme se adquiriu experiência essa questão foi superada e apreendida como rica em aprendizado ao identificarem que estavam num processo de construção conjunta, “uma troca, exatamente uma troca!”, ressaltaram.

A Insegurança foi considerada um entrave, uma barreira pessoal. A insegurança no seu sentido amplo, que envolve muitos fatores e não se restringe a insegurança pessoal, compreende também a insegurança por não ter o conhecimento pragmático, o conhecimento técnico suficiente para orientar a ação profissional.

Avalia-se que estar preparado para atuar como supervisor de campo de estágio independe de ser uma atribuição profissional do Assistente Social, ou o fato de sermos profissionais graduados ou pós graduados. O quesito estar apto para executar essa frente de trabalho com todos os requisitos necessários converge opiniões na indicação de uma capacitação, uma qualificação. Ressaltando que nós precisamos estar preparados porque é uma atribuição profissional do Assistente Social ser supervisor de estágio.

A indicação de uma capacitação, uma qualificação para o exercício da supervisão de estágio apresentada pelas assistentes sociais entrevistadas reflete uma demanda comum da categoria e dialoga com a justificativa e com os objetivos do curso.

É reconhecido que o recém formado na graduação ainda carrega consigo muitas dúvidas, principalmente, diante da nossa formação, generalista, são muitas as dúvidas em



diversos aspectos do exercício profissional do Assistente Social que continuam sendo esclarecidas e complementadas como o uso de instrumentos, o uso de técnicas, metodologias.

Dentre as entrevistadas, tem Assistente Social que relata certo privilégio de ter cursado durante a graduação um laboratório para supervisão de estágio. Contudo, essa experiência se limitou a uma disciplina de seis meses, muito focada em determinados pontos. E essa especialização veio complementar a discussão e contemplar de forma muito mais abrangente. Aquelas que iniciaram a supervisão de campo sem uma formação prévia específica, hoje, se sentem mais preparadas após essa especialização.

E houve também a sugestão de capacitações nos moldes de oficinas ou laboratórios para graduados com o objetivo de assumir frentes de trabalho não só como a supervisão de estágio, mas também os Conselhos de Direitos. Uma oferta periódica planejada.

No que tange a nossa formação generalista, a nossa pós é compreendida como uma formação continuada diante da nossa necessidade de busca e formação incessante, e como parte desse processo de precarização do trabalho, hoje quem atua, por exemplo, na saúde mental, tem que entender minimamente o que é Saúde Mental, o que é a política da Saúde Mental e a atuação do Assistente Social nesse setor. Se amanhã a área de atuação mudar para a Assistência Social, será necessário entender essa política, os seus níveis de complexidade e demais especificidades dessa política. Se for para o Judiciário, da mesma forma. E aí por diante. O tempo todo estamos em um processo de formação, de busca de conhecimento, independente do tempo de permanência e da área é imprescindível o entendimento das outras políticas, dos outros serviços, de toda a rede socioassistencial para referência, contra-referência e diálogo.

A nossa formação não só por ser generalista, a existência de vários espaços ocupacionais, a diminuição dos cargos efetivos e o aumento da rotatividade nesses espaços, então se trata da maioria nesse processo de rotatividade e com essa necessidade de busca, hoje essa pós é uma formação continuada, uma continuidade da graduação para algumas Assistentes Sociais, para outras já é uma sucessiva pós-graduação e aí por diante, uma busca incessante. Uma formação continuada!

### 3.1.2 Entrevista individual

As entrevistas individuais foram realizadas com as Assistentes Sociais participantes do Grupo Focal e inseridas no mercado de trabalho, conforme critério de inclusão e exclusão da pesquisa. Compreendeu a participação de Assistentes Sociais, exclusivamente do gênero feminino, na faixa etária entre 28 e 53 anos, com estado civil que variaram entre casadas e divorciadas, a maioria tem filhos (criança, adolescente e adulto em maior quantidade), se autodeclararam pardas, com predomínio da religião católica sobre a evangélica e espírita.

A predominância do gênero feminino confere a realidade nacional de formação da categoria de Assistentes Sociais majoritariamente por mulheres. Sobre religiosidade, Iamamoto (2014) informa que na atualidade há a prevalência da religião protestante sobre a ideologia católica, que teve dominância ideológica no passado dessa área profissional. E acrescenta que “o componente religioso atualmente é mais afinado com a ascensão social capitalista, expressando um trânsito da fraternidade à prosperidade” (IAMAMOTO, 2014, p. 629).

Sobre a formação acadêmica e pós graduada, o ano de conclusão da graduação das Assistentes Sociais entrevistadas ocorreu no período de 1997 a 2014, com maior prevalência do ensino público em Universidade Pública Federal (UFJF e UFOP) e particular (UNIPAC). No que tange a cursos prévios de especialização, duas Assistentes Sociais são especialistas em: “Ações Institucionais e Saúde Pública” – UFJF/Serviço Social concluído em 2001 e “Instrumentalidade do Serviço Social” – UNISAVE/Fase concluído em 2011.

No quesito carreira profissional, no que se refere a experiências anteriores verifica-se que apenas a Assistente social de formação mais recente não possui experiência anterior por permanecer no seu primeiro emprego, as demais atuaram em média em três instituições anteriores com período de permanência que variou de 4 meses a dois anos e meio em cada instituição. Hoje se encontram inseridas em instituições Públicas (majoritariamente) e Filantrópica. Na área da saúde e com predomínio na Assistência Social. O maior grau de rotatividade institucional ocorreu para aquelas formada de 6 a 9 anos com atuação em 4 espaço sócio-ocupacional.

Nos serviços públicos, supracitados, a relação da natureza das instituições, as formas de contratação e os vínculos empregatícios das Assistentes sociais se encontram da seguinte

forma: apenas uma profissional é funcionária pública concursada e estatutária. As demais estão inseridas em instituições públicas que possuem uma relação híbrida, pública e privada, inseridas através de concurso público com vínculo empregatício celetista e processo seletivo com contratação temporária também no regime celetista. Nessas instituições há a convivência de diferentes vínculos de trabalho com diferença salarial dentro de uma mesma categoria profissional, em que o celetista possui o salário inferior ao salário do estatutário.

Já na instituição filantrópica o vínculo empregatício é o celetista. E a instituição amplia o seu quadro de profissionais através da atuação do voluntariado, parceiros provenientes de programas e trabalhadores de instituições conveniadas.

Esse cenário reflete o quanto o Estado vem impulsionando a terceirização na execução de políticas públicas, transferindo-as para as organizações não governamentais e ou empresas privadas, financiadas integral ou parcialmente com o fundo público.

“Eu recebo pela privada, mas atuo dentro da pública. Que é aquela quarteirizada” Hoje encontra-se separado a gestão da política e a gestão de pessoal. Esta secunda de natureza jurídica com a folha de pagamento paga pelo ente federado, ou seja o privado atuando com fundo publico. (Fragmento retirado da entrevista)

E cabe destacar, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC (Lei 13.019/2014) que possui abrangência Nacional e estabelece um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações. Para a União, Estados e Distrito Federal entrou em vigor no dia 23 de janeiro de 2016 e para os municípios em 1º de janeiro de 2017. Dentro dos novos instrumentos jurídicos tem: os termos de fomento e de colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o acordo de cooperação no caso de parcerias sem recursos financeiros.

Essa lei se dirige, ou melhor, se estende a todas as Organizações da Sociedade Civil – OSC sem fins lucrativos independente de possuir qualificação ou titulação, estas poderão celebrar termos de fomento, termos de colaboração ou acordos de cooperação com a administração pública através do processo de seleção que torna obrigatório o procedimento de chamamento público.

Essa relação público privado, a partir do MROSC, intensifica ainda mais o setor privado dentro do setor público com a transferência de recurso público a partir da terceirização dos serviços sociais, que tem nesse processo a perda gradual do seu

entendimento enquanto direito adquirido por parte do usuário e na transferência das ações por parte do Estado a sua perspectiva de desresponsabilização na execução das políticas e programas sociais. Esse processo de privatização também terceiriza o quadro de profissionais, fragiliza, torna instável e com maior rotatividade a atuação profissional e reduz intensamente o quadro do funcionalismo público.

A maior abrangência com a ampliação do universo de Organizações da Sociedade Civil sob justificativa de maior proximidade com a população e capilaridade territorial é ainda mais danoso que o processo de descentralização das políticas públicas, com a transferência de responsabilidades principalmente aos municípios sem a transferência equiparada de recursos. Fragmenta ainda mais a execução dos programas e serviços sociais e fragiliza o controle social.

A fragmentação das políticas sociais também segmenta o exercício profissional do assistente Social, para além da intensa fragmentação da questão social, principalmente para aqueles que executam as políticas sociais em sua fase terminal (FORTI e COELHO, 2014).

No tocante ao Serviço Social nas instituições pública e filantrópica, conforme cenário nacional sobressai a existência de apenas uma Assistente Social por instituição. A carga horária se concentra em 30 horas semanal, com uma Assistente Social com carga horária reduzida para 20 horas. A redução da carga horária para 30 horas semanais (Lei 12.317/2010<sup>9</sup>) foi sinalizada por uma participante como um ganho muito grande, onde poucas instituições no estado de Minas Gerais aderiram imediatamente à legislação. E ressalta que nem mesmo a Prefeitura de Juiz de Fora aderiu, mantém as 40h/semanal.

“O momento institucional, em 2010 quando entrou em vigor a lei das 30h, eram Assistentes Sociais que estavam no comando da diretoria da instituição o que foi muito importante e em menos de um mês já estava tudo adequado, eu acho que isso foi uma coisa muito positiva”. (Fragmento retirado da entrevista)

A estrutura física e material que o Serviço social dispõe na instituição, salva pequenas exceções tem se demonstrado precárias, visto que ainda tem Assistente Social sem sala de atendimento exclusiva e sem arquivo privativo, reconhecidamente pelo CRESS em vistorias, com o revezamento de salas para atendimento aos usuários e registro apenas em prontuário

---

<sup>9</sup> Lei 12.317 de 2010, instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para Assistentes Sociais.

único, o que parece estar mais associado à equipes compostas por técnicos de referência, utilizado por toda equipe multidisciplinar.

As condições materiais, apesar das “grandes” aquisições para alguns profissionais que até pouco tempo eram desprovidos do mínimo, no geral ainda permanece muito limitado, provenientes de doações, de segunda mão, tecnologias ultrapassadas, defeitos recorrentes. É um detalhe comum às instituições, sempre existe um setor prioritário e mais urgente em detrimento do Serviço Social para se beneficiar da posse do computador novo e moderno, da sala com ar condicionado, do carro para atendimento e de todo o material administrativo.

São identificadas algumas questões que geram comprometimento no acesso aos usuários como barreiras espaciais para pessoas portadoras de deficiência, ao atendimento adequado ao usuário a título de policiamento de altura da voz para resguardar o sigilo profissional devido salas construídas com divisórias e ainda descontínuas, no contato com a rede na utilização de extensão telefônica ou sua localização em espaço comum a outros profissionais.

No intuito de conhecer as experiências de trabalho das Assistentes Sociais no que se refere ao processo de supervisão de campo estágio. Experiências prévias e aquelas iniciadas no decorrer do curso de pós-graduação em curso. A entrevista individual delimitou que duas profissionais possuem experiência prévia ao curso, outras duas não possuem experiência nessa atividade e uma iniciou essa frente de trabalho, Estágio I, durante o curso e mais especificamente durante a disciplina de Formação Profissional e Estágio supervisionado. Entretanto, no momento das entrevistas individuais, no fazer profissional das Assistentes sociais, estas e as colegas de trabalho não supervisionam campo de estágio.

Além das questões apresentadas no Grupo focal foi acrescentado que além da falta de convênio entre a instituição e faculdades, outros impedimentos tem sido o não atendimento por parte da instituição às exigências da instituição de ensino como aconteceu em relação à UFJF no processo de negociação de seguro contra acidentes pessoais, conforme a Lei 11.788 - artigo 3º - IV; a alegação de insuficiência financeira por parte da instituição para ofertar a passagem ao estagiário, condição do profissional para o campo de estágio; e questões de comprometimento ético envolvendo a instituição e o profissional.

Uma das Assistentes Sociais iniciou a sua atuação profissional (em novembro de 2015) já supervisora com estagiários provenientes da profissional anterior e permaneceu

supervisora de campo de estágio até o final do ano de 2018. Contabilizando o final do semestre de 2015 mais seis períodos de supervisão, sendo que durante dois períodos e dois meses supervisionou dois estagiários. E a outra atuou nessa frente de trabalho por 4 anos, no período de 2006 a 2010.

No que diz respeito ao entendimento da coordenação da instituição sobre o estágio, o estagiário e sobre a supervisão de campo, a coordenação da instituição entendi que o estágio impacta em recursos financeiros para a instituição na medida em que o profissional exige, minimamente, o custeio da passagem, do vale-transporte, para o aluno; e diante de um visão deturpada entende que muitas das vezes o aluno não dá respostas que a instituição considera que ele deveria dar na qualidade que a instituição gostaria que desse como profissional que ele não é, formado; outra deturpação é a visão do estágio como uma mão-de-obra barata. A questão da supervisão de Campo, a coordenação não a compreende, então não entende que a supervisão de campo seja necessária e nem entendi ela como uma atividade que faz parte do trabalho do Assistente Social, enxerga essa atividade como forma de diminuir o tempo de trabalho do profissional dentro da instituição. Entendi que o aluno no processo do dia-a-dia já está aprendendo e já está acompanhando e que não tem necessidade da atividade de supervisão de estágio em si.

Essas situações são recorrentes em todas as regiões do país, segundo a PNE, e sinaliza os rebatimentos estruturais e conjunturais do processo de acumulação do capital, através de uma lógica de atendimentos às novas requisições do mundo do trabalho, no desenvolvimento da formação profissional, sobretudo, na atividade de estágio.

A imposição, por parte da gestão, de abertura de campo de estágio e de forma clientelista o encaminhamento específico de estagiário, apareceu na fala da maioria das participantes. Observa-se a manutenção de uma política coronelista e de cabresto em determinados municípios. E autoritário e clientelista em algumas instituições, além de outras incidências de ordem ética.

Sobre as particularidades dos municípios de pequeno porte, os profissionais estão mais sujeitos a maior ingerência das forças políticas locais no trabalho cotidiano. E “alia-se a existência de fronteiras pouco nítidas entre o público e o privado que tem lugar na cultura política brasileira, favorecendo os clientelismos, patrimonialismos e coronelismos contemporâneos” (IAMOTO, 2014, p 633).

O aluno trabalhador que precisa conciliar a carga horária de trabalho e do estágio acaba tendo um fator limitador que é a restrição de tempo para sua inserção no campo de estágio. Quando apostam na tentativa de executar ambos na mesma instituição gera um conflito de interesses entre o profissional, que organiza a supervisão de campo de estágio de modo a contemplar uma qualidade satisfatória à formação do aluno, e a instituição com suas requisições e imposições sobre o profissional supervisor e até mesmo ao próprio aluno que neste caso é, antes de tudo, profissional dessa instituição, então incide sobre ele também requisições e imposições de flexibilização para que sua atividade de estágio esteja relegada a atividade profissional, ou seja, no tempo que sobrar. Conforme reflexão da própria supervisora de campo, uma flexibilização que se inicia no estágio, tende a avançar para submissão dos profissionais às demandas e normas institucionais.

Quando pontuam a preocupação sobre “que profissionais estão vindo por aí?”, sobre os profissionais que estarão no mercado competindo postos de trabalho daqui pra frente na medida que as instituições estão exigindo cada vez mais profissionais tecnicistas. Uma questão muito debatida, hoje, e cada vez mais institucionalizada é o Técnico de Referência “que faz tudo dentro da instituição” conforme reflexão realizada anteriormente. Nós nos avaliamos enquanto privilegiados em poder realizar esse curso por ampliar ainda mais o nosso olhar diferenciado sobre a profissão e sobre o exercício profissional.

Outra questão é retomar o debate sobre o EAD, nos municípios onde não tem curso presencial de Serviço Social, a procura por estágio é por parte dos alunos do ensino à distância. E observa-se que a procura por estágio é realizada pelo próprio aluno (pessoalmente, indicação ou por telefone) e mesmo durante o processo de estágio permanece a falta de contato por parte da supervisão acadêmica e acompanhamento conjunto, centralizando a responsabilidade do estágio no supervisor de campo. Os alunos provenientes dessa modalidade de ensino têm apresentado no campo de estágio fragilidades de aprendizagem no que se refere a conhecimentos teórico-metodológicos e legislações. Nessas condições, o aluno, passa a requisitar do supervisor de campo para além em seu processo de formação que corresponderia à academia. É muito pertinente e esclarecedora a fala da não personificação do problema e culpabilização do indivíduo porque o aluno, ele não é o problema, o problema está no EAD, a forma como o ensino é oferecido de modo que fica centralizada a responsabilidade no aluno e até mesmo no supervisor de campo. No entanto, existem casos de alunos provenientes dessa modalidade de ensino que são excelentes, mas são

excelentes porque são alunos que correram muito atrás para buscar suprir essas lacunas.

As assistentes sociais que tiveram uma experiência positivas de estágio durante o seu processo de formação, apresentam hoje uma recusa a flexibilização de condutas de supervisão de estágio porque experimentaram e carregam consigo os resultados de uma formação de qualidade. Destacam o conhecimento agregado com a pós graduação, no pensar, no fazer e no avaliar da atividade de supervisão.

Ainda existe uma desvalorização muito grande do Serviço Social que se converte em desrespeito, imposição, autoritarismo, dentre outras questões. E os embates diante disso tem sido no sentido de dizer, não! E pontuar todo conhecimento acumulado, as normativas éticas contidas no nosso código de ética e legislações afins que estabelecem, nesse caso, que “era eu que tinha que decidir em aceitar ou não estagiário ... foi uma luta muito grande, mas eu não aceitei, tive que pontuar tudo ...”. tem sido uma tarefa incessantemente exaustiva a necessidade de se fazer entender a profissão, suas atribuições, competências direitos, deveres e alcançar o reconhecimento devido junto aos profissionais de outras áreas e principalmente junto à coordenação da instituição. E “quando eu disse, eu não vou aceitar! Mas eu sei que a maioria dos profissionais não consegue sustentar esse lugar, é muito difícil! É muito difícil!”. Os embates nem sempre são diretos, muitas das vezes são necessárias estratégias frente à fragilidade de vínculos empregatícios. Como diz, “aquele que se coloca menos não quer dizer que ele tá sendo menos estratégico”. Agora, o papel do CRESS na atual conjuntura é fundamental enquanto apoio e retaguarda à classe diante da precarização do trabalho.

Uma profissional relatou melhores condições de trabalho no que tange a supervisão de campo, na época que a coordenação da instituição era exercida por Assistentes Sociais, “então era um outro olhar” sobre essa frente de trabalho e maior autonomia profissional, “eu tinha um tempo adequado, apesar de todos os atropelos, pra tá ali supervisionando, entendendo a importância dessa supervisão, entendendo a importância da formação e, eu muito preocupada com isso pra coisa não correr de qualquer forma, fazer a supervisão toda semana, de debater da forma como tem que ser feito.”

Existe um anseio muito grande para que haja uma fiscalização maior e mais intensa por parte dos órgãos superiores competentes, nesse caso o CRESS. E uma maior articulação que ultrapasse a Universidade enquanto supervisão acadêmica e a Instituição enquanto supervisão de campo. Mas envolva a Universidade, o CRESS e a Instituição como um todo.



Visto que a instituição está dentro de todo o processo de estágio e as questões institucionais, elas estão cada vez maiores e o profissional do Serviço Social supervisor de campo de estágio se encontra cada vez mais exposto, vulnerável e ao mesmo tempo massacrado quando tem por objetivo maior, uma atuação voltada para qualidade do processo de formação daquele estagiário. Fica muito centrada no profissional a decisão em ser ético ou atender as requisições institucionais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra-reformas, dentre elas a universitária. A política de educação superior no Brasil se apresenta em um processo intenso de privatização e mercantilização da formação acadêmica, do trabalho docente, na submissão do conhecimento às demandas do mercado e sucateamento da pesquisa. Entretanto, reafirmamos com a nossa categoria profissional a luta pela educação pública, gratuita, presencial e de qualidade. E

Seguimos denunciando a mercantilização da educação e desmascarando a falácia do discurso da “democratização do ensino” que conduz a uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país que assegura aos/às ricos/as o ensino de qualidade e, aos/às que não possuem condições para acessar as poucas Instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade, são ofertados os cursos de ensino à distância (EAD) – expressão máxima da mercantilização da educação. (CFESS, 2004 apud PINTO, 2016, p. 91)

Esta pesquisa confirmou que o curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, no tocante a formação continuada de qualidade, amplia a possibilidade de participação dos (as) Assistentes Sociais no processo de formação profissional, através da supervisão de campo de estágio. Quando no decorrer do próprio curso e mais especificamente durante a disciplina de Formação Profissional e Estágio supervisionado ocorreu pela primeira vez a abertura de campo de estágio e início da atividade de supervisão de estágio por parte da discente/Assistente Social, em meio a muitos limites e desafios no seu espaço sócio-ocupacional. Como diz Iamamoto,

as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (IAMAMOTO, 2013, p. 21)

O curso também gerou novas perspectivas para atuação daquelas profissionais que até então não desenvolveram essa atribuição no seu exercício profissional e agora se dizem preparadas para assumir essa frente de trabalho.

Constata-se uma relação direta da formação continuada com a supervisão de estágio e da mesma forma da supervisão de estágio com o aprimoramento profissional.

No que se refere à inserção do estagiário no campo, identifica-se que da mesma forma

que a supervisão de estágio apresenta como desafio a necessidade dos/as Assistentes Sociais estarem em constante aprimoramento profissional porque o exercício dessa atividade exige uma maior capacitação, uma qualificação contínua para responder ao processo de formação do aluno. Coloca também ao profissional, possibilidades como justamente a questão de estarem acompanhando de perto os processos da academia, as discussões, as atualizações do curso, bem como contribui para o trabalho profissional.

O curso com a sua metodologia de ensino, estudo, pesquisa e reflexão que compreendeu as disciplinas de Crise do capital, políticas sociais e Serviço Social; Questão social no Brasil contemporâneo: território, sujeitos e lutas sociais; Formação Profissional e Estágio supervisionado; O Serviço Social na contemporaneidade; Laboratório de monografia; Espaços sócio-ocupacionais, trabalho profissional e supervisão de estágio: esfera estatal e privada, e movimentos institucionalizados; Pesquisa e elaboração de projetos articuladas ao processo de intervenção e supervisão de estágio e Orientação de monografia. Teve o acréscimo de uma característica forte da turma, o debate. O curso contribuiu para desmistificar um pouco a questão do espaço ideal para o estágio. Um pouco porque, como a conjuntura não condiciona unilateralmente as perspectivas dos profissionais, em algumas situações é preciso avançar estrategicamente no processo pedagógico junto à instituição para o alcance de condições éticas para reabertura de campo de estágio. O comprometimento ético se destacou enquanto limite e desafio para as profissionais.

Pedagógico no sentido de que, o entendimento da equipe multiprofissional e da coordenação sobre o Serviço Social, sobre o fazer profissional do (a) Assistente Social, suas atribuições, competências, direitos e deveres, ou melhor, o não entendimento sobre essas questões, tem gerado uma necessidade constante de capacitação institucional. Constante diante do intenso processo de rotatividade das equipes, para além do Serviço Social, inclusive alcança os coordenadores das instituições. O que é fruto do processo generalizado de precarização do trabalho, com vínculos de trabalho cada vez mais instáveis e de curto prazo via contratos temporários.

Nossa reivindicação é que se efetive realmente uma relação sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições de campo de estágio e o CRESS, dada a sua ciência desses campos, conforme Lei 8.662 em seu Artigo 14º, “Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão”.

Contribuindo, dessa forma, para que se alcance de fato a indissociabilidade entre a formação e o exercício profissional, e de forma pedagógica para além da fiscalização.

Salva poucas exceções e avanços, as condições físicas e materiais do Serviço Social nas instituições apresentam-se muito precárias com prejuízo para o pleno exercício profissional, para resguardar o sigilo profissional e até mesmo pra o acesso e permanência do usuário na instituição. E no trato das demandas do Assistente Social, estas são subjugadas às prioridades institucionais e da equipe. A falta de condições objetivas tem sido um fator limitador e de desafio frente à abertura de campo de estágio.

Merece destaque que, o entendimento por parte da instituição sobre o estágio, o estagiário e sobre a supervisão de campo, tem se revelado um entrave à manutenção e reabertura de campo de estágio. Um espaço de tensão e conflito ainda maior em que a coordenação da instituição através de uma lógica de atendimentos às novas requisições do mundo do trabalho, avança sobre o trabalho, sobre a atuação profissional, sobre a formação profissional, sobretudo, na atividade de estágio.

É possível analisar que esse rastro progressivo e extenso de precarização do trabalho, a exemplo retomo nesse momento, minha atuação profissional enquanto Residente no HU e enquanto supervisora de estágio, e inicio a análise na adesão do HU/UFJF à EBSEH<sup>10</sup> que significa um passo adiante na privatização da saúde, assim como tantas outras ações do Governo Federal nos últimos anos que “denunciam o retrocesso que a saúde pública brasileira e o SUS vem sofrendo” (BRAVO & MENEZES, 2011, p.34), e a entrega do serviço público estatal às instituições privadas. Ocasinou o pedido de remoção por parte dos profissionais estatutários, a diminuição do quadro de profissionais e em seguida a contratação e

---

<sup>10</sup> A gestão do Hospital Universitário é administrada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) desde a assinatura do contrato em 2014. A EBSEH é uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, com estatuto social aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011<sup>10</sup>. Tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como, a prestação de serviços às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

<sup>10</sup>BRASIL. Lei Federal nº 12.550. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7661.htm)>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

prevalência, a partir de então, dos concursados celetistas. Esse processo compreende a privatização do serviço público; a precarização do vínculo de trabalho com mudança do regime de contratação e oscilação na quantidade de recursos humanos; impactou diretamente na formação em saúde colocando em segundo plano o ensino e a pesquisa em detrimento de uma lógica produtivista, além de outros prejuízos relacionados a operacionalização dos serviços de saúde sob tal lógica gerencial com impactos na qualidade dos serviços prestados.

No que se refere aos impactos sobre o exercício profissional e sobre a formação profissional, estes alcançaram a Residência, principalmente frente à limitação de recursos humanos. Neste caso, é o Residente que é entendido como mão-de-obra barata, complementar e compensatório ao quadro de funcionários insuficiente. Absorvendo, praticamente, todo o impacto para que, de certa forma, não comprometesse o processo de supervisão de estágio. De certa forma porque o supervisor de estágio tem que despender tempo para preparar as atividades do estágio. Contudo, as atividades e procedimentos que compõem o processo de supervisão de estágio não eram comprometidas. E por se tratar de uma instituição de ensino, o estágio e o estagiário integrava a missão da instituição enquanto unidade de formação profissional. Logo, o olhar e o entendimento sobre o estágio e o estagiário não gerava implicações negativas no campo de estágio do Serviço Social.

Tanto na literatura utilizada no referencial teórico quanto através da pesquisa, verifica-se um processo que vai do esforço à pressão por abertura e manutenção de campo de estágio, por parte das equipes de coordenação das instituições formadoras (para absorção da demanda que é própria da formação, contudo progressivamente aumentada diante do EAD) e das instituições empregadoras com inúmeros interesses identificados nas entrevistas, como: hierárquicos autoritários, clientelistas, de mão de obra barata, dentre outros entendimentos. E acrescento outra questão importante que é o valor de determinados campos de estágios, dado o seu potencial, que agrega um espaço de oportunidade e de qualidade imensurável à formação profissional, conforme percebido no HU, que além de tudo é uma instituição de ensino vinculada à Universidade. E cabe destacar que o seu valor não se restringe somente à graduação.

Alguns pontos que envolvem a supervisão de estágio e a trajetória do Serviço Social no HU/UFJF que iniciou-se em 1970, por meio da inserção de alunos provenientes da Faculdade de Serviço Social que foi incorporada à UFJF no mesmo período. Tais atividades junto ao HU foram suspensas em 1972 em decorrência da falta de supervisão direta aos alunos

que estavam sendo “relegados a uma função paramédica, isto é, de função complementar ao trabalho médico” (ALVES, 2005, p.275). Teve a retomada do campo de estágio em 1974 a partir da contratação de duas Assistentes Sociais vinculadas à Faculdade de Serviço Social, que realizavam supervisão direta às quatro estagiárias. Posteriormente essa frente de trabalho foi colocada para execução do Residente que, num movimento de reflexão e debate junto à coordenação da Residência e esta junto ao quadro profissional do Serviço Social do HU/UFJF, com a apresentação e ampliação da discussão dessa problemática nas reuniões de equipe do Serviço social do hospital, alcançamos no último semestre do período 2015-2017 a retomada inicial da supervisão de estágio por parte de profissional do quadro.

Se na atuação das Assistentes Sociais entrevistadas, nessa pesquisa, a lógica produtivista sobre a formação profissional tenta ultrapassar e derrubar as barreiras de proteção da formação profissional e do estágio visando dominar e agregar o campo de estágio enquanto parte do trabalho das instituições. Com a formação de pós-graduação também não é diferente como vimos acima.

A formação profissional e a formação continuada apresentam-se impactada tanto pela contra-reforma do Estado sobre a Política de Educação superior em todas as suas modalidades (graduação, lato e stricto sensu), cito a atual proposta do “Future-se” mencionada anteriormente. Quanto no tocante à unidade entre a formação e o exercício profissional que tem como conector o eixo teórico-prático. Impactos que trazem implicações de processos que se dão no contexto do ensino superior e do mercado de trabalho, ou seja, na formação e no exercício profissional.

Este estudo revelou que torna-se cada vez mais imprescindível um posicionamento ético e político no exercício da nossa competência para propor, negociar com a instituição, defender o nosso campo de trabalho e como melhores condições, nossas qualificações, nossas funções, nossos direitos, nossa autonomia profissional ainda que relativa, a qualidades do atendimento ao usuário, a qualidade da formação profissional e do seu aprimoramento em conformidade com o Projeto Ético-Político.

O presente estudo não tem a pretensão de esgotar o tema proposto. Ao contrário, já é fonte de estímulo para novas investigações. Da mesma forma, espera-se que ele possa contribuir com o estudo dos leitores e suscitar novas inquietações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. C. R. **Reflexões sobre o processo de trabalho na saúde e suas implicações no cotidiano profissional do serviço social, na realidade do Hospital Universitário de Juiz de Fora.** Libertas, Juiz de Fora, v.4-5, p.267-288, jan-dez 2005.
- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas.** O mundo da saúde, São Paulo, 438-442, 2011.
- ABESS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** São Paulo: Editora Cortez, Cadernos, n. 7, p. 58-76, nov.1996.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social** – fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** – 9. Ed. Ver. E atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. 60 p.
- BRASIL. Lei 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. Lei 13.019/2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.** Brasília: Diário Oficial da União, 2014.
- BRASIL. **Política Nacional da Educação.** Ministério da Educação. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.
- BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B. (Org.). **Cadernos de Saúde** – Saúde na atualidade: por um Sistema Único de Saúde, estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. p. 16-30.
- CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. **O Serviço Social nos Programas de Residência em Saúde:** Resultados iniciais do mapeamento da ABEPSS. Temporalis, Brasília (DF) ano 2013, n.26, p. 153-171, jul-dez. 2013.
- CFESS . **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Org.Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais (2011-2014). Brasília, 2012.
- CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília: (DF): Serra Dourada, v. 01, 2015.
- FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, V.;

GUERRA, Y. **Projeto ético político do Serviço Social: contribuições a sua crítica.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

GUERRA, Yolanda. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** *Libertas*, v.3, n.2, p. 09-21, jan-dez, 2003.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: Sobral, A.; Gonçalves, M. S. (Trad.) **O novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 115-148.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. 326p.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico profissional no Serviço Social.** *Serv. Soc. Soc.*, n.120, p. 609-639, out/dez, São Paulo: 2014

Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Brasília, 2008.

LEI Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a **duração do trabalho do Assistente Social.** Brasília, 2010.

MATOS, Maurílio Castro. **No rastro dos acontecimentos: a política de saúde no Brasil.** In: DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. C. L.; MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. (org.). **Política de Saúde Hoje: Interfaces e Desafios no Trabalho de Assistentes Sociais.** Campinas: Papel Social, 2014. p. 27-46.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social.** In: DESLANDES, Suely Ferreira ET AL (orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NASCIMENTO, Vânia Barbosa; COSTA, Ieda Maria Cabral. **PSF, descentralização e organização de serviços de saúde no Brasil.** In: COHN, Amélia (org.). **Saúde da família e SUS: convergências e dissonâncias.** Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2009. p. 67-92.

NETTO, J. P. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea” In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo I: Crise contemporânea , questão social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

ORTIZ, Fátima Grave. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E.. **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016. p. 193-214.

PEDUZI, Marina; NORMAN, Ian James; GERMANI, Ana Claudia Camargo Gonçalves; SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino; SOUZA, Geisa Colebrusco. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.47, n.4, p. 977-983, Ago. 2013.



PEREIRA, Juliana Aparecida Cobuci. **O processamento do trabalho dos Assistentes Sociais: vínculo entre o trabalho e o projeto ético-político do Serviço Social.** 2018. p. 146. Dissertação (estrado em Serviço Social) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

PINTO, Marina Barbosa. Mudanças no trabalho do assistente social: exercício e formação profissionais. In: **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016. p 57-78.

RAMOS, S. R.; ABREU, M. H. E. Estratégias de enfrentamento e lutas do Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e do trabalho profissional e suas implicações no estágio supervisionado. In: **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016. p. 79-97.

**Resolução N° 533**, de 29/09/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2008.

SANTOS, Claudia Monica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. IN: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social.** N°3, Ano 2, 2º Semestre de 2013. Pág. 25-30.

SANTOS, C. M.; GOMES, D. C. S.; LOPES, L. P. Supervisão de estágio em serviço social: desafios e estratégias para sua operacionalização. In: **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016. p. 215-241.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 2. Ed, v.78, São Paulo: Cortez, 2002. 118p.

TRINDADE, R. L. P. Tendências do mercado de trabalho do serviço social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010). In: LINS, M. A. T.; TRINDADE, R. L. P. (org). **Assistente Social: trabalhador assalariado – fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica.** Maceió: EdUFAL, 2015.



## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Um caminho a percorrer”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a relevância de se compreender os limites, os desafios e as possibilidades de respostas da categoria profissional diante do processo de supervisão de campo de estágio. Nesta pesquisa pretendemos analisar o impacto do curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF, enquanto formação continuada, para as Assistentes Sociais da turma 2017-2019, e seus desdobramentos acerca do processo de supervisão de estágio.

Caso você concorde em participar, você irá compor o Grupo Focal que será guiado por um roteiro de perguntas com auxílio de gravador. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: de origem psicológica, intelectual ou emocional. É reconhecida a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; medo; vergonha; estresse e cansaço ao responder às perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) sigilo absoluto sobre nomes, sobrenomes, apelidos e instituição sócio-ocupacional; (2) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integralidade física, moral e social; (3) opção de solicitar que determinadas falas e /ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (4) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa. A pesquisa pode ajudar a elucidar a relevância da educação continuada nessa modalidade de especialização, lato sensu, com efeito, a sua ampliação. E fornecer subsídios para futuros estudos, contribuir tanto com as discussões teóricas como, e principalmente, com as ações concretas dos profissionais do Serviço Social.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br



agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é tratada. O pesquisador não vai divulgar seu nome e nem a instituição em que você trabalha. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Roberta Natália André**

**Campus Universitário da UFJF**

**Faculdade de Serviço Social**

**CEP: 36036-900**

**Fone: (32)2101-3564/3562**

**E-mail: curso.supervisaodeestagio@gmail.com**

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br



## ANEXO B

Faculdade de Serviço Social

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

### **A Supervisão de Estágio em Serviço Social:**

#### **Um caminho a percorrer**

Instrumento de coleta de dados – Grupo focal

Pesquisador Responsável: Roberta Natália André

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Ferreira

- 1) Como você avalia o curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio?
- 2) O curso trouxe alguma contribuição para sua atuação profissional?
- 3) E sobre o processo de supervisão de campo de estágio? Você percebe algum impacto? Se sim, positivo ou negativo?
- 4) Qual a sua concepção acerca da supervisão de estágio?
- 5) Ter ou não estagiário tem relação com as condições de trabalho?
- 6) Você encontra alguma (s) barreira(s) pessoal diante da proposta de atuar nessa frente de trabalho? Se sim, fale-me sobre isso.

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufff.edu.br



## ANEXO C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Um caminho a percorrer”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a relevância de se compreender os limites, os desafios e as possibilidades de respostas da categoria profissional diante do processo de supervisão de campo de estágio. Nesta pesquisa pretendemos analisar o impacto do curso de Especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF, enquanto formação continuada, para as Assistentes Sociais da turma 2017-2019, e seus desdobramentos acerca do processo de supervisão de estágio.

Caso você concorde em participar, vamos fazer com você uma entrevista individual com auxílio de gravador, que será guiada por um roteiro de perguntas. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: de origem psicológica, intelectual ou emocional. É reconhecida a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; medo; vergonha; estresse e cansaço ao responder às perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) sigilo absoluto sobre nomes, sobrenomes, apelidos e instituição sócio-ocupacional; (2) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (3) opção de solicitar que determinadas falas e /ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (4) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa. A pesquisa pode ajudar a elucidar a relevância da educação continuada nessa modalidade de especialização, lato sensu, com efeito, a sua ampliação. E fornecer subsídios para futuros estudos, contribuir tanto com as discussões teóricas como, e principalmente, com as ações concretas dos profissionais do Serviço Social.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br



agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é tratada. O pesquisador não vai divulgar seu nome e nem a instituição em que você trabalha. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

**Nome do Pesquisador Responsável: Roberta Natália André**

**Campus Universitário da UFJF**

**Faculdade de Serviço Social**

**CEP: 36036-900**

**Fone: (32)2101-3564/3562**

**E-mail: curso.supervisaodeestagio@gmail.com**

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br



## ANEXO D

Faculdade de Serviço Social

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

### A Supervisão de Estágio em Serviço Social:

#### Um caminho a percorrer

Instrumento de coleta de dados – Entrevista individual

Pesquisador Responsável: Roberta Natália André

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Ferreira

Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Filho(s)/Idade(s): \_\_\_\_\_

Cor ou Raça: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão da graduação: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Pós graduação prévia: \_\_\_\_\_ Ano de  
conclusão: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Experiência profissional anteriores \_\_\_\_\_

No momento,

- 1) Você atua como Assistente Social?
- 2) Se sim, instituição: ( ) pública ( ) privada ( ) filantrópica
- 3) Quantos assistentes sociais trabalham com você? Quantos supervisionam estágio?
- 4) Qual (is) o(s) tipo(s) de vínculo(s) de trabalho existente(s) na instituição, incluindo o seu?
- 5) Qual a carga horária dos profissionais do Serviço Social?
- 6) Como você avalia a estrutura física e material do Serviço social na instituição?
- 7) Possui sala de atendimento?
- 8) Possui arquivo privativo?
- 9) Você identifica alguma questão que gere algum tipo de comprometimento ao atendimento adequado ao usuário ou em resguardar o sigilo profissional?
- 10) É supervisor de campo de estágio? Se não, porque?  
Se sim, quando teve início? Como você organiza a supervisão?
- 11) Possui experiência prévia nessa função? Por quanto tempo? Quando foi esse período?
- 12) Qual o significado da supervisão de campo de estágio na sua atuação profissional?
- 13) Qual o entendimento da coordenação da instituição e da equipe multiprofissional sobre o estágio/estagiário? E sobre a supervisão de campo?

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br





14) Quais os desafios e/ou limites de ser supervisora de estágio? E quais as possibilidades?

15) Você encontra alguma (s) barreira(s) pessoal diante da proposta de atuar nessa frente de trabalho? Se sim, fale-me sobre isso.

**Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br